



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

A ASSESSORIA ECONÔMICA DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA: CONTRIBUIÇÃO PARA A INTERPRETAÇÃO DO
SEGUNDO GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

Renata Belzunces dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: História Econômica, sob a orientação da Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Renata Belzunces dos Santos** em 30/10/2006 e orientada pela Profa. Dra. Lígia Maria Osório Silva.*

CPG, 30 / 10 / 2006

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Lígia Osório Silva", written over a horizontal line.

Campinas, 2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Sa59a	<p>Santos, Renata Belzunces dos.</p> <p>A assessoria economica da Presidencia da Republica : contribuição para a interpretação do segundo governo Getulio Vargas (1951-1954) / Renata Belzunces dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2006.</p> <p>Orientador : Ligia Maria Osorio Silva.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Nacionalismo. 2. Industrialização. 3. Revolução burguesa. I. Silva, Ligia Maria Osorio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p>
--------------	---

06-069-BIE

Título em Inglês: Economic advisory to the President : contribution to the interpretation of the second Getulio Vargas (1951-1954)

Keywords: Nationalism ; Industrialization ; Bourgeois revolution

Área de concentração: Historia Economica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Economico

Banca examinadora: Profa. Dra. Ligia Maria Osorio Silva

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Data da defesa: 30-10-2006

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Economico


Dissertação de Mestrado

Aluna: RENATA BELZUNCES DOS SANTOS

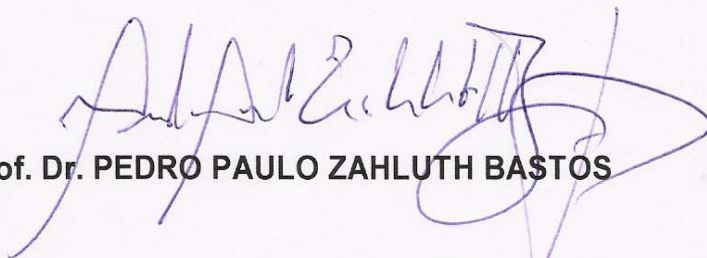
**“A Assessoria Econômica da Presidência da República: Contribuição para a
Interpretação do Segundo Governo Getúlio Vargas (1951-1954)”**

Defendida em 30 / 10 / 2006

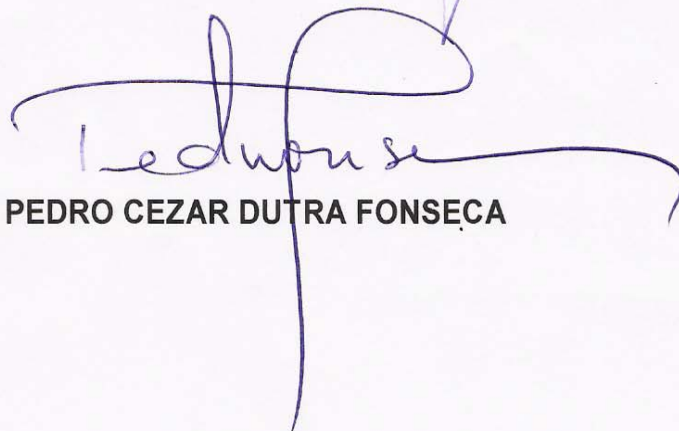
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dra. LÍGIA MARIA OSÓRIO SILVA



Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS



Prof. Dr. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Resumo

O presente trabalho assume como tema a Assessoria Econômica do Segundo Governo Vargas e tem como objetivo contribuir para a interpretação do segundo período em que Vargas esteve na chefia máxima do país. Dentre as questões levantadas pela historiografia do período detivemo-nos sobretudo na questão do projeto para a nação presente nesse período através da figura de Vargas. A primeira parte do trabalho dedica-se à reconstrução da constituição da Assessoria Econômica e seu funcionamento dentro do aparelho de Estado. A segunda parte analisa a historiografia do período e busca localizar a Assessoria Econômica em meio às diversas interpretações existentes. A terceira parte analisa os principais projetos elaborados pela Assessoria Econômica: Petrobrás e Eletrobrás, e identifica nos mesmo elementos do projeto de Vargas para o capitalismo no Brasil.

Abstract

The present work focuses on the Economic Advisory during the second presidency of Getulio Vargas, and it aims at contributing to the interpretation of the second time Vargas held the highest office in the country. Among the issues raised by the historiography of the period, this work is centered on the nation-building aspects of Vargas' administration. The first part deals with the reconstitution of the Economic Advisory and its role in the State apparatus. The second part analyses the available historiography and how the Advisory emerges from different interpretations. The third part analyses the main projects elaborated by the Advisory (Petrobras and Eletrobras), identifying within them the core elements of Vargas's project for capitalism in Brazil.

Índice

Introdução

Introdução	1
------------------	---

Capítulo I

A Assessoria Econômica do Segundo Governo Vargas

1. Introdução	5
2. A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas	
2.1. Localização da Assessoria Econômica dentro do aparelho de estado	5
2.2. A constituição da Assessoria Econômica	7
2.3. As tarefas da Assessoria Econômica	15
2.4.0 funcionamento da Assessoria Econômica	18
2.4.1. A relação da Assessoria Econômica com o Presidente	19
2.4.2. A relação da Assessoria Econômica com o Ministério	21

Capítulo II

Historiografia do Segundo Governo Vargas

1. Introdução	27
1.1. Algumas considerações sobre o tema "Projeto"	30
2. Os "projetos" do segundo governo Vargas e a Revolução Burguesa no Brasil	32
3. O segundo governo Vargas sem projeto de industrialização	47
4. A percepção da Assessoria Econômica sobre o segundo governo Vargas	62

Capítulo III

O Pensamento da Assessoria Econômica

1. Introdução.....	67
2. A mensagem Presidencial de 1951.....	68
3. Os projetos elaborados pela Assessoria Econômica.....	76
3.1 Petróleo.....	77
3.2 Energia Elétrica.....	88
4. Petrobrás e Eletrobrás: dois projetos e uma mesma concepção.....	97
5. O Nacionalismo da Assessoria Econômica.....	99
6. A Revolução Burguesa e a Assessoria Econômica.....	102
6.1. A questão agrária.....	105
7. Considerações Finais.....	109

Conclusão

Conclusão.....	111
----------------	-----

Anexos e Tabelas

Anexo I - Índice da Mensagem Presidencial de 1951.....	115
Anexo II - Projeto Original de Petrobrás.....	121
Gráficos e Tabelas	133

Bibliografia

Bibliografia.....	141
-------------------	-----

*"como vivi e mudei,
o passado mudou também"
(Guimarães Rosa)*

1. Introdução

Este trabalho busca aprofundar o conhecimento de alguns aspectos do Segundo governo Vargas (1951-1954). Apesar de sua curta duração - já que foi dramaticamente interrompido em agosto de 1954 pelo suicídio de Getúlio - este período foi rico em acontecimentos significativos para a história econômica do Brasil.

A abundante historiografia econômica sobre Vargas frequentemente aponta esse período como aquele em que foram lançadas as bases do capitalismo moderno no Brasil; em outras palavras, o período onde houve esforço de planejamento e atuação do governo voltados para a implantação da indústria de bens de produção, condição inequívoca da consolidação de uma economia capitalista madura.

A magnitude e profundidade das transformações capitalistas é responsável por uma parte considerável da controvérsia em torno da caracterização do Segundo governo Vargas. Existe um conjunto de questões para as quais não há unanimidade nas respostas, dado o caráter complexo das transformações em pauta. Em primeiro lugar, discute-se sobre se houve um projeto para a nação no Segundo governo Vargas. Discute-se também sobre a possível ambigüidade do governo, e ainda, se esteve dividido em duas fases.

Em meio a esses questionamentos nos deparamos com um grupo que ficou conhecido como *Assessoria Econômica*. Para os que perscrutam a existência de um projeto, por vezes, a Assessoria Econômica é apresentada como autora importante do mesmo, para os autores que defendem a existência de ambigüidade no segundo governo Vargas a Assessoria Econômica

é apresentada como um foco nacionalista que rivalizava com outros setores, sobretudo o Ministério da Fazenda, na definição da política econômica e; ainda a Assessoria Econômica aparece com destaque para o grupo de autores que vislumbra a divisão do período em duas fases, ficando a Assessoria Econômica como elemento primordial para a fase de grandes projetos ou fase nacionalista.

Apesar do vulto que lhe pôde ser atribuído, ainda assim a Assessoria Econômica é um grupo desconhecido. Poucas informações temos sobre quem eram os seus membros, como atuavam, como se relacionavam com o presidente, enfim, pouco há sobre o *modus operandis* desse grupo que diferentemente de um Ministério ou de outro órgão da administração federal seguia preceitos menos rígidos já que poucos de seus aspectos eram previstos na legislação.

O foco do nosso trabalho está na Assessoria Econômica a partir da qual pretendemos contribuir para responder as questões centrais da historiografia do período: teve o Segundo governo Vargas um projeto? Esse projeto era ambíguo? Houve duas fases no Segundo governo Vargas?

O primeiro capítulo tem o objetivo de apresentar a Assessoria Econômica, essa "quase desconhecida". Apresentaremos aspectos descritivos do grupo: quem eram os técnicos que deram densidade ao assessoramento da presidência da República na temática econômica; a polêmica relação com o Ministério, em particular com o Ministério da Fazenda; a relação com o presidente da República; as tarefas de que estava incumbida, pois de fato suas tarefas foram além dos grandes projetos da Petrobrás e Eletrobrás pelos quais a Assessoria Econômica é comumente lembrada. As tarefas e realizações foram inúmeras apesar do seu pouco tempo de funcionamento.

Em seguida procuramos discutir a historiografia pertinente acerca da existência ou não de um projeto para a nação. A justificativa para tomarmos essa senda está na estreita ligação estabelecida pela literatura histórica entre a existência ou não de um projeto e o papel da Assessoria Econômica. Esse grupo é apontado como elaborador de um projeto nacional. Nesse ponto contemplamos as questões acerca da ambigüidade e da existência (ou não) de duas fases no segundo governo Vargas. Buscamos organizar a discussão historiográfica em torno dessas questões de forma a reconhecer o papel da Assessoria Econômica nas mesmas.

Investigamos também se o grupo era dotado de um pensamento comum que pudesse apontar no sentido de um projeto nacional. E buscamos investigar a existência desse "pensamento" ou, em outras palavras, buscamos averiguar o que unia esse grupo de homens que permaneceram juntos durante todo o Segundo governo Vargas inclusive em momentos de grande turbulência política ou até mesmo quando a própria Assessoria Econômica era alvo de ataques. Para essa tarefa nos pautamos basicamente por três importantes documentos elaborados pela Assessoria Econômica sob a supervisão direta de Getúlio Vargas: a) Mensagem Presidencial de 1951 e os projetos da b) Petrobrás e da c) Eletrobrás.

De maneira geral nos inserimos no grupo de pesquisadores que têm interesse permanentemente renovado nesse período. Talvez a razão desse interesse esteja na importância social desses poucos anos e em seu contraste com os dias que correm, quando os projetos para a nação não passam efetivamente de projetos para seletos grupos, ainda que os governos durem cerca de uma década.

Capítulo I

A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas

1. Introdução

O objetivo desse capítulo é apresentar a Assessoria Econômica sob os seguintes aspectos: sua gênese, as tarefas que lhe eram incumbidas e o funcionamento cotidiano da mesma.

A descrição que fazemos é perfeitamente justificada, por se tratar de uma Assessoria que ganhou uma projeção, normalmente, incompatível com o trabalho de assessoramento. Também observamos, ao longo da bibliografia dedicada ao período¹, um interesse crescente por esse núcleo do governo ao mesmo tempo em que permanecem obscuras suas características como seu funcionamento, seus membros, suas atividades.

2. A Assessoria Econômica do segundo governo Vargas.

2.1 - Localização da Assessoria Econômica dentro do aparelho de Estado.

A tarefa de assessoramento do Presidente Getúlio Vargas cabia à Secretaria da Presidência da República e compreendia várias seções e divisões; entre as principais: Chefia do Gabinete Civil, Chefia do Gabinete Militar e Diretoria de Expediente, todos seus membros eram nomeados diretamente pelo Presidente² (LEITE, 1959).

¹ Trata-se da bibliografia que analisaremos no próximo capítulo.

² Todas as informações sobre a estrutura organizacional da Assessoria da Presidência da República foram baseadas em LEITE, Cleanto P. O

No Gabinete Civil, além do Chefe de Gabinete, havia dois Subchefes e quatro Oficiais de Gabinete³. Era no Gabinete Civil que a Assessoria Econômica estava, informalmente, inscrita dentro do aparelho de Estado. Dizemos informalmente, pois não havia na estrutura oficial lugar destinado a uma específica assessoria econômica, onde se presume que existisse um grupo de pessoas assessorando o Presidente sobre a temática econômica. Os chefes da Assessoria Econômica, primeiro Rômulo Almeida e depois Jesus Soares Pereira, eram oficiais de gabinete ao mesmo tempo em que chefiavam e respondiam ao presidente por uma estrutura oficiosa dentro do aparelho de Estado.

Getúlio Vargas não fora o primeiro presidente do Brasil a desfrutar desse tipo de assessoramento, pois essa estrutura já havia sido incorporada no Estado brasileiro, mas no seu segundo governo toma importância e relativa autonomia essa parcela da Assessoria da Presidência que foi denominada de Assessoria Econômica.

O assessoramento do Presidente no tocante a assuntos relacionados à economia tomou, no segundo Governo Vargas, uma característica especial, de vulto maior que a estrutura oficial lhe reservava. Os motivos podem ser inferidos a partir das seguintes hipóteses, que serão discutidas ao longo desse trabalho:

assessoramento da Presidência da República. (Cadernos de Administração Pública) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1959.

³ A composição inicial do gabinete civil foi: Chefe do Gabinete Civil: Lourival Fontes, Sub-Chefes do Gabinete Civil: Ministro Moacyr Briggs e Dr. Almir de Andrade, Oficiais-de-Gabinete: Sá Freire Alvim, Afonso César, Roberto Alves e Rômulo Almeida. (LEITE, 1959)

a) o projeto do Segundo Governo Vargas era ambicioso no tocante à modificação dos setores de infra-estrutura e, essa tarefa demandaria grandes esforços de análise, planejamento, elaboração de projetos, etc;

b) o cunho dessas realizações era nacionalista: com reservas ao capital estrangeiro e com desconfiança da capacidade do setor privado nacional para projetos de grande vulto;

c) o Ministério era fruto de composição política, de forma que o Presidente não poderia contar com permanente apoio para projetos de grande magnitude com características nacionalistas.

2.2. A constituição da Assessoria Econômica

A Assessoria Econômica começou a ser organizada em fevereiro de 1951. O presidente, através do Chefe do Gabinete Civil Embaixador Lourival Fontes, incumbiu essa tarefa a Rômulo Almeida⁴, economista baiano, que à época dirigia o

⁴ Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador em 18 de agosto de 1914. Ainda estudante combateu o Governo Provisório de Getúlio Vargas instalado após a Revolução de 1930. Em 1933 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Dedicando-se à economia em 1941 tornou-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Entre 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Em 1946, ao lado de Jesus Soares Pereira restou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte. No período de 1948 a 1949 participou de diversas subcomissões da Missão Abbink. Em 1950 filiou-se ao PTB, com um manifesto não-queremista. Em 1951 foi designado oficial de gabinete e recebe a missão de organizar a Assessoria Econômica da presidência da República. Ainda em 1951 tornou-se membro do conselho consultivo da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, posto consultor da SUMOC ainda nesse mesmo ano assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil, sendo substituído na chefia da Assessoria Econômica por Jesus Soares Pereira. Com o suicídio de Vargas demite-se do BNB e concorre a uma Vaga de deputado

departamento econômico da Confederação Nacional da Industrial (CNI), sob a presidência de Euvaldo Lodi. Rômulo Almeida foi nomeado oficial de gabinete.

A partir de sua nomeação pôde Rômulo Almeida arregimentar mais colaboradores para o que viria a ser denominada posteriormente de Assessoria Econômica. Praticamente sem verbas para remuneração de pessoal, Rômulo Almeida não teve muitas opções além de buscar colaboradores dentro da própria estrutura do Estado através do empréstimo de funcionários de outros setores para servir na Assessoria da Presidência da República, sem pagamento de extras (ALMEIDA, 1990).

Antes de observarmos como Rômulo Almeida recrutou os demais membros da futura Assessoria Econômica, perguntamos: como o mesmo foi recrutado? Essa questão teria feito Rômulo a si mesmo e quando questionou o próprio Presidente obteve uma meia-resposta:

"Ele [Vargas] disse que estava fazendo uma experiência, porque eu constava em todas as listas, e não me respondeu mais nada. [...] Posteriormente fui procurando investigar quem é que tinha apresentado listas ao presidente e pude identificar algumas⁵".(ALMEIDA, 1980)

federal pela Bahia, teve sucesso no pleito mas abandona a vaga na câmara federa para assumir a Secretaria da Fazenda da Bahia. Entre 1957 e 1959 organizou o Instituto de Economia e Fianças da Bahia e também representou a Bahia na Sudene. Em 1974 volta a cena política pleiteando o cargo de senador pela Bahia com a legenda do MDB, dessa vez não logrou sucesso. Participou de conferências, conselhos de empresas estatais, foi professor em algumas instituições. Em 1985 é eleito presidente de honra do MDB bahiano. Foi nomeado, pelo governo Sarney, diretor de planejamento da área industrial do BNDES; permaneceu neste cargo até sua morte ocorrida em Belo Horizonte em 23 de novembro de 1988.

⁵ As listas identificadas por Almeida foram fornecidas por Dr. Luís Simões Lopes, João Carlos Vital, Santiago Dantas, Lourival Fontes e Landulfo

Apesar de Rômulo Almeida ter se filiado ao PTB em 1950, apresentando um manifesto não-queremista, acreditamos que o critério fundamental, a partir de Vargas não foi político, foi técnico. Figura-nos muito interessante o fato de sequer Getúlio Vargas conhecer Rômulo Almeida pessoalmente e imediatamente este passar a gozar de acesso direto ao Presidente. Certamente o critério técnico estava avalizado pelo passado de Rômulo Almeida como participante de várias comissões do governo ou que colaboraram com o governo. Sua participação de maior destaque anteriormente fora junto a Roberto Simonsen no CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) em 1944 quando esse Conselho propôs a criação de uma Junta Nacional de Planificação.

Além do reconhecimento enquanto técnico, sua passagem por várias comissões lhe rendeu um bom conhecimento do quadro de técnicos no serviço público e no serviço privado, que muito lhe valeu para recrutar os membros da futura Assessoria Econômica, para o que parece ter reproduzido o mesmo critério técnico, aliado às restrições financeiras para convidar mais colaboradores.

Um dos mais destacados membros da Assessoria Econômica foi Jesus Soares Pereira⁶, economista autodidata e sociólogo.

Alves. Essas informações sobre a constituição da Assessoria são baseadas em depoimento de Rômulo Almeida, onde podem ser encontrados mais detalhes sobre o assunto. ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo Almeida (depoimento, 1980)*. Rio de Janeiro: FGC/CPDOC - História Oral, 1990.

⁶ Jesus Soares Pereira nasceu em Assaré (CE) em 6 de maio de 1910. Dos 15 aos 21 anos trabalhou como telegrafista na capital cearense, custeando seus estudos preparatórios no Instituto São Luís e, depois, no Liceu do Ceará. Durante esses anos de formação, aderiu ao positivismo, Ao final de 1931 mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de prestar exame para a Escola Politécnica atual Faculdade de Engenharia da UFRJ. Devido a sua ligação com os positivista em 1931 foi nomeado para um cargo modesto na diretoria geral de contabilidade do Ministério da Agricultura por Mário Barbosa Carneiro que no ano seguinte se tornaria Ministro da Agricultura. Em janeiro de 1933 foi transferido para o Departamento Nacional de Produção Mineral; em novembro de 1934, através de concurso público, foi nomeado para a Secretaria de Agricultura. . Durante o Estado Novo o CFCE

Rômulo e Jesus trabalharam juntos na Comissão de Investigação Econômica e Social, em 1946, que foi responsável por subsidiar com estudos e diagnósticos os parlamentares que elaboraram a Constituição de 1946. Essa comissão era formada por: Rômulo Almeida, Américo Barbosa de Oliveira, Tomás Pompeu Accioly Borges e Jesus Soares Pereira⁷. De maneira que, observamos aí um embrião da Assessoria Econômica, já que à exceção de Américo Barbosa de Oliveira todos os demais vieram a compor a Assessoria Econômica.

Sem dúvida Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida foram os mais destacados membros da Assessoria Econômica. Tinham características bem diferentes, como o fato de Rômulo Almeida transitar, com facilidade, tanto nos círculos que apoiavam o governo como nos círculos de oposição ao governo, era o membro mais 'político' da Assessoria. Jesus Soares Pereira era um homem mais duro no trato, o que pode ter contribuído, inclusive, para que tivesse seus direitos políticos cassados

(Conselho Federal de Comércio Exterior) teve suas funções ampliadas e requisitou os trabalhos de Jesus Soares Pereira que participou de várias comissões defendendo posições nacionalistas. Foi um dos técnicos convocados para trabalhar na Assembléia Nacional Constituinte em 1946, onde pela primeira vez trabalhou ao lado de Rômulo Almeida e de outros técnicos que viram formar a Assessoria Econômica de Getúlio Vargas. Em 1947 foi convidado para trabalhar na FGV e nesse mesmo ano foi nomeado diretor do Instituto Nacional do Pinho. Em 1951 passa a participar da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, onde dedicou-se aos projetos energéticos. Assume a chefia da Assessoria Econômica em 1953, quando Rômulo Almeida assume presidência do BNB. e assim permanece até o suicídio de Getúlio Vargas. Retornou para o Ministério da Agricultura e em seguida passou a representar o Banco do Nordeste do Brasil no Rio de Janeiro. Em 21 de junho de 1956 foi designado para coordenar a assessoria técnica do Ministério de Viação e Obras Públicas, pouco depois foi nomeado representante desse Ministério no Conselho Nacional de Petróleo (CNP); permaneceu no CNP até 1959. Durante o período de Jânio Quadros permaneceu afastado do serviço público. Em abril de 1962 passa a integrar os quadros da Cia Siderúrgica Nacional (CSN). Com o Golpe de 1964 é afastado do cargo, perde direitos políticos na primeira lista divulgada pelo Governo do Gal. Humberto Castelo Branco. Exilou-se no Chile. Retornou ao Brasil em 1969, e dedicou-se à algumas publicações. Faleceu em Petrópolis em 8 de dezembro de 1974.

⁷ ALMEIDA, Rômulo, 1988.

na primeira lista quando veio o Golpe de 1964⁸ (PEREIRA, 1988). Não transitava bem pela oposição ao governo, enfim, ao contrário de Rômulo Almeida não tinha vocação 'política'. Apesar dessas características pessoais tão distintas, no tocante aos trabalhos dentro da Assessoria Econômica e observando os relatos deixados, não encontramos nenhuma diferença significativa.

Outros dois membros importantes da Assessoria Econômica foram Ignácio Rangel e Cleanto Leite⁹, que ingressaram na Assessoria Econômica de maneira a corroborar o critério técnico de escolha.

Ignácio Rangel, economista, ingressou apenas em 1952 e em período parcial, ainda que já estivesse colaborando em algumas tarefas específicas da Assessoria Econômica. Dentre todos os membros da Assessoria Econômica Rangel legou a mais extensa obra teórica, foi o membro que mais se aproximou de um perfil acadêmico, tendo publicado obras que se tornariam importantes referências sobre a economia brasileira, dentre essas *A Inflação Brasileira*, em 1963. Participou do grupo de Itatiaia e posteriormente do ISEB. Ao ser convidado por Almeida para integrar a Assessoria Econômica, declinou do convite se declarando não-getulista¹⁰. Almeida leva o caso ao Presidente que teria respondido:

⁸ PEREIRA, Jesus Soares. *O homem e sua ficha. Depoimento e reflexões acerca de problemas brasileiros atuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Nesse texto o autor narra com pormenores sua atuação como funcionário público por 37 anos até que fora cassado pelo regime militar, no depoimento busca compreender os motivos de sua cassação. Dentre todos os membros da Assessoria Econômica foi o único que perdeu direitos políticos com o Golpe de 1964.

⁹ Estamos considerando Cleanto Leite membro da Assessoria Econômica, apesar de assim como Rômulo Almeida ser também um oficial de gabinete, reportar-se diretamente ao presidente e cuidar de assuntos específicos. Cleanto Leite contribuiu nos projetos elaborados pela Assessoria Econômica e tinha acesso integral aos mesmos de modo que ficamos seguros de considerá-lo membro da Assessoria Econômica.

¹⁰ Ignácio Rangel pertenceu aos quadros do PCB na juventude, participou da Intentona Comunista em São Luís (MA) e por isso permaneceu dois anos

"diga a ele que esteja à vontade, que ele se sinta em casa, porque adutores eu tenho, homens capazes de dizer que estou errado, isto é muito raro; e ele é um desses. Eu quero que esteja à vontade".

(RANGEL, 1991)

Cleanto Leite, funcionário de carreira do DASP, tinha sua maior carga de tarefas relacionadas a questões externas. Com mudanças na Assessoria da Presidência passou a oficial de gabinete e assim como Rômulo Almeida e depois Jesus Soares Pereira despachava diretamente com o presidente. Cleanto Leite sequer estava no Brasil durante as eleições, apenas recém chegado ao país em fevereiro de 1951, depois de cinco anos licenciado do DASP e trabalhando no exterior, fora convidado para ingressar na Assessoria da Presidência. (LEITE, 1986 e 1988).

Dada a forma de funcionamento da Assessoria Econômica não existem, ao menos até o momento, registros oficiais conhecidos sobre quais foram efetivamente seus membros permanentes. Ao longo das várias referências sobre a Assessoria Econômica e a partir dos depoimentos e entrevistas de seus membros inferimos que a Assessoria Econômica trabalhava com um núcleo constante e contava com a participação eventual de outros técnicos e especialistas do governo ou fora do governo. Esses outros técnicos ou especialistas eram consultados sobre determinado tema, mantendo a Assessoria Econômica o direito ao sigilo de seus projetos. Ao núcleo constante denominaremos Assessoria Básica

preso. Reconquistou plena liberdade apenas em 1945. Não é estranho que, mediante esse histórico, Rangel se declare não getulista.

e aos demais colaboradores eventuais denominaremos Assessoria Ampla.

A Assessoria Básica era composta por: Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Cleanto Leite, João Neiva Figueiredo, Ottolmy Strauch, Saldanha da Gama e Tomás Pompeu Accioly Borges. Vários outros nomes são eventualmente citados como membros da Assessoria, porém, há que se distinguir entre os que trabalhavam na Assessoria Ampla e na Básica, pois somente os membros da última tinham pleno acesso a íntegra dos projetos. Entre os nomes citados eventualmente temos Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Domar Campos, Mário da Silva Pinto, Glycon Paiva, Almirante Lúcio Meira, Leões de Medeiros e Vinícius Berredo.

O critério técnico, conforme utilizamos, é sem dúvida lastreado na competência, porém essa única forma de caracterizar a organização da Assessoria Econômica deixa de explicar porque outros técnicos, tão competentes, sequer foram convocados ou se convocados não permaneceram na Assessoria Econômica Básica apesar de preencherem além do requisito técnico também a quase-condição de já pertencerem ao quadro da administração pública.

O fato é que para além do critério técnico havia outro critério claramente norteador: o nacionalismo. Era conhecido esse traço distintivo da Assessoria Econômica com relação, por exemplo, à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e ao Ministério. A composição e a atividade geral da Assessoria Econômica estiveram norteadas por esse critério:

"A equipe básica era toda nacionalista"

(ALMEIDA, 1990).

"Se você quiser uma nota dominante do ponto de vista ideológico, nos trabalhos da assessoria, nos trabalhos que chegavam finalmente ao presidente Vargas, eu diria que era o nacionalismo. Quer dizer, nacionalismo na política de carvão, nacionalismo na política de petróleo, nacionalismo em política exterior, nacionalismo em política de eletricidade." (LEITE, 1986)

Temos, então, que se a competência técnica era decisiva para alguém ser convidado para compor a Assessoria Econômica, o nacionalismo era decisivo para a permanência ou não desse membro na Assessoria Básica. Esse foi o caso, por exemplo, de Mário da Silva Pinto, técnico da área de produção mineral que teve papel relevante no Plano Nacional do Carvão e também colaborou no projeto da Petrobras. Chegou a ser técnico da Presidência da República, porém jamais teve acesso, na íntegra, aos projetos da Assessoria Econômica. A razão para que o competente técnico não fosse um membro permanente era a divergência sobre o conteúdo do melhor nacionalismo para o Brasil, o próprio Mário S. Pinto reconhecia essa situação:

"havia um grande respeito mútuo entre os membros dessa assessoria. De modo que, provavelmente, em homenagem ao pouco que eu sabia sobre mineração e subsolo, e a alguns serviços prestados, ninguém implicava comigo...apesar da grande dessemelhança de idéias" (PINTO, 1988, P. 45)

Quanto à duração da Assessoria Econômica temos que foi a mesma da permanência de Vargas na presidência. Com o suicídio do Presidente a Assessoria extinguiu-se. Os dois chefes que tivera - naquele momento o chefe era Jesus Soares Pereira e Rômulo, antigo chefe, estava à frente do Banco do Nordeste do Brasil - demitiram-se em 27 de agosto dos postos que ocupavam.

2.3. As tarefas da Assessoria Econômica

As tarefas destinadas à Assessoria Econômica podem, através das palavras de seu primeiro chefe, ser assim sintetizadas:

"A Assessoria tinha duas atividades. Uma atividade era, vamos dizer, do cotidiano, da minudência, da coisa de administração econômica corrente, que era realmente os despachos dos papéis. A outra atividade era a atividade de fundo, atividade de assessoria a longo prazo, que dizer, planejamento no governo, embora um planejamento informal." (ALMEIDA, 1990, p.5)

A atividade cotidiana consistia na entrega diária de papéis, pelo presidente, para a análise da Assessoria Econômica. Esses papéis, por sua vez, eram levados ao presidente pelos Ministros, chefes de autarquias, presidente do Banco do Brasil, etc. Segundo Cleanto de

Paiva Leite¹¹ (1988, p.7), em 60% a 70% dos casos o presidente encaminhava os papéis para a Assessoria Econômica, sobre o restante ele já tinha opinião formada.

Essa massa de documentos que chegava ao presidente era dividida entre os membros da Assessoria da Presidência; para a Assessoria Econômica eram encaminhados, na figura de Rômulo Almeida, assuntos relativos à temática econômica, já os assuntos relativos à agricultura e questões externas eram encaminhados para Cleanto Leite, que despachava diretamente com o presidente. O grande volume de papéis para análise levava os assessores a despacharem mais com o presidente que os próprios ministros, que despachavam normalmente uma vez por semana (LEITE, 1959).

Ainda que não seja por essa atividade cotidiana que a Assessoria Econômica seja constantemente lembrada, temos que foi justamente através dessa incumbência que lhe passavam às mãos o cotidiano do governo e por isso não nos afigura como uma atividade menor. O motivo pelo qual o Presidente adotou essa metodologia fornece uma dimensão mais elevada da incumbência:

"Depois ele me explicou de que no primeiro governo tinha cometido alguns erros por despachar diretamente com os ministros, que às vezes era induzido pela exposição do ministro, e a coisa continha certos elementos que ele devia ter

¹¹ "De maneira mais metódica essa atividade, na prática, consistia em "estudar os papéis que lhe eram distribuídos", coletar informações adicionais, quando necessárias, e preparar os resumos do assunto em 'papeletas' para o Presidente da República, contendo, se fosse o caso, sugestões sobre a decisão mais conveniente" (Leite, 1959, p.38)

examinado melhor. Então ele passou a adotar esse método. Talvez uma das razões por que ele adotou a idéia de trazer uma assessoria especial para os assuntos econômicos e sociais." (ALMEIDA, 1990, p.5)

O interesse pela Assessoria Econômica, na maioria dos casos, tem como foco principal a outra atividade chamada por Rômulo Almeida de atividade de fundo, de planejamento de governo. Sem dúvida a Assessoria Econômica foi responsável por parte dos projetos de profundo alcance que marcaram o segundo governo Vargas; dentre esses projetos destacamos Petrobrás e Eletrobrás.

Observamos que mais que projetos de fôlego Rômulo Almeida atribui uma atividade de planejamento informal a Assessoria Econômica ao nível do governo. Quanto ao setor energético não há dúvidas da atividade de planejamento da Assessoria Econômica como atesta além dos projetos já mencionados o Plano Nacional do Carvão¹² e a criação da CAPES e CNPq, com o intuito de auxiliar nas pesquisas e formação de quadros também, mas não só, para o setor energético.

A Assessoria Econômica tinha preocupações como o desenvolvimento regional, a política agrária, ciência e tecnologia, aumento do bem estar da população, a política internacional e a inserção brasileira, etc. Teremos a oportunidade de investigar se a Assessoria Econômica tinha, ainda que de maneira dispersa um projeto de desenvolvimento capitalista, inegável, porém foi a ênfase da atuação da mesma

¹² O Plano Nacional do Carvão (PNC) foi enviado em 1951 e aprovado apenas em 1953. Segundo Mário da Silva Pinto apesar do Plano ter sido encaminhado pela Assessoria Econômica é de sua autoria, e já vinha sendo elaborado desde o governo Dutra, porém a Assessoria Econômica também inclui o PNC entre seus projetos.

nos setores de infra-estrutura, dentre esses o setor de energia concentrou os maiores esforços por parte da Assessoria Econômica.

Em momento algum podemos perder de vista o fato de ser a Assessoria Econômica subordinada ao presidente da República e nesse sentido fica muito tênue a linha que divide o que é a Assessoria Econômica e o que são as diretrizes de Vargas, o item seguinte pode ajudar a estabelecer limites mais nítidos entre o que eram iniciativas da Assessoria Econômica, se existia alguma autonomia e o que eram as diretrizes de Vargas.

Por fim uma outra tarefa, de periodicidade anual, era a elaboração das mensagens presidenciais apresentadas ao poder legislativo quando da abertura anual dos trabalhos. Tratava-se geralmente de uma prestação de contas da atuação governamental e um relato das intenções futuras. Dentre essas mensagens a de 1951 será objeto de atentas discussões dado que alguns autores identificaram nela um caráter programático.

2.4. O funcionamento da Assessoria Econômica

Nesse item procuraremos estabelecer a forma de funcionamento da Assessoria Econômica em relação ao Presidente e ao Ministério; além de fornecer um quadro mais preciso da distribuição de tarefas dentro da própria Assessoria.

2.4.1. A relação da Assessoria Econômica com o Presidente

O primeiro aspecto que desejamos evidenciar é com relação ao Presidente da República: a Assessoria Econômica não era uma via de mão única, ou seja, os trabalhos em que se envolviam não eram aqueles exclusivamente demandados pelo Presidente. Havia certa autonomia no sentido que a Assessoria Econômica levava propostas ao Presidente, como fazia o Ministério, e discutia com Vargas sua anuência para iniciar tal ou qual estudo que julgasse relevante. Essa peculiaridade, em se tratando de uma Assessoria, é certamente um dos elementos que explicam o caráter extremamente dinâmico da atividade da Assessoria Econômica¹³ e forma a linha tênue entre o que era Getúlio Vargas e o que era Assessoria Econômica, ainda que sem dúvida alguma a decisão sempre coubesse ao presidente havia uma certa ascendência dos assessores sobre o Presidente.

A condição de 'informalidade' da Assessoria Econômica dentro do aparelho de Estado gerou conseqüências especiais, uma delas, muito sentida por nós no decorrer desse trabalho, foi a ausência de documentação sobre a atividade da Assessoria Econômica. A explicação encontrada para a ausência de registros foi a que segue:

"não havia no Palácio do Catete nenhum protocolo interno que registrasse a saída dos papéis das mãos do presidente para os seus assessores. O papel, oficialmente,

¹³ Nas palavras do primeiro chefe da Assessoria Econômica: "Agora, na sua função de fundo, que eu chamei a função de planejamento, a Assessoria então se voltou para examinar uma série de problemas: alguns que eram iniciativas do presidente, outros que eram iniciativas da própria Assessoria, a gente propunha ao presidente; e outros que eram suscitados por algumas idéias que vinham do ministério, mas vinham imaturas" (ALMEIDA, 1990)

estava sempre 'com o presidente', mesmo quando este o havia confiado ao assessor"
(LEITE, 1959)

Essa condição de funcionamento, muito natural em se tratando de uma assessoria, certamente também serviu, de maneira proposital ou não, para resguardar os assessores contra pressões políticas daqueles que levavam os papéis para a apreciação de Getúlio Vargas, como os ministros, os presidentes do Banco do Brasil, do CNP, da CSN, etc.

A blindagem dos assessores contra pressões políticas também partia da própria Assessoria Econômica: "*quase ninguém sabia da existência da Assessoria. Quer dizer que a gente não disputava o cartaz de ninguém*" (ALMEIDA, 1990).

A sistemática de despachos e o caráter discreto da Assessoria Econômica relegaram fontes reduzidas para a apreciação da atuação da Assessoria Econômica, de forma que a fonte principal de que temos nos valido são depoimentos e entrevistas dos próprios assessores. Quem mais, nessas condições, poderia relatar as atividades da Assessoria Econômica?

Essas mesmas condições, de quase anonimato, permitem compreender o caráter pouco significativo que os contemporâneos da Assessoria Econômica atribuíram á mesma. Não eram públicos seus projetos ou seus membros, suas iniciativas geralmente se revestiam de um caráter sigiloso como demonstra a diferenciação entre a Assessoria Básica e a Assessoria Ampla. Não havia publicidade alguma dos trabalhos em andamento.

2.4.2. A relação da Assessoria Econômica com o Ministério

A relação com o Ministério representa um capítulo especial na forma de atuação da Assessoria. A historiografia que aponta a ambigüidade no segundo governo Vargas (Skidmore, 1976; Araújo, 1983) aponta a Assessoria Econômica em permanente choque com o Ministério. Nesse caso interessa-nos observar mais detalhadamente essa relação.

Concluimos que foi dentro do espírito de 'não disputar o cartaz de ninguém', porém sem abrir mão de objetivos por vezes distintos, que ocorreram as relações entre a Assessoria Econômica e o Ministério. Segundo Rômulo Almeida:

"Depois a maneira de a gente se comunicar com os ministros era uma maneira respeitável, reverencial, a gente deixava o primeiro lugar para os ministros, eu não aparecia, nem Soares. Nós só aparecíamos quando éramos forçados (...) para defender pontos básicos que outros políticos não sabiam defender, entendeu?"
(Almeida, 1990, p.20)

Se a Assessoria Econômica tivesse trilhado outros caminhos, buscando mais atenção para si, certamente os Ministros lhes teriam fechado os canais para comunicação e obtenção de informações, dificultando sobremaneira o trabalho dos assessores enquanto tais.

A idéia era "vender o peixe" aos Ministros:

"...nós fazíamos coisas e entregávamos aos ministros. Primeiro vendíamos a idéia para o ministro, e o ministro ficava satisfeito, porque a gente dava uma boa idéia que ele ia brilhar, ele ia faturar, entendeu?" (ALMEIDA, 1990, p.11)

Em outros momentos o trabalho da Assessoria Econômica era procurar os Ministros para esclarecer ou discutir assuntos que foram encaminhados por aqueles ao Presidente. Nesse ponto a relação era mais delicada:

"Esse trabalho naturalmente exigia um pouco de consulta também, às vezes, no nível ministerial, para melhor informação ou mesmo para conversar com o ministro, evitar qualquer dúvida, compreendeu? Evitar de toda maneira que nosso trabalho fosse um trabalho de revisão do que o ministro está fazendo. Era um trabalho de assessoria, quer dizer, de confiança pessoal do presidente da República, mas não era uma idéia de fazer uma revisão, de fazer uma revisão contra o ministro" (ALMEIDA, 1990, p.6).

Nesse ponto a relação era mais complicada porque, às vezes, poderia envolver 'má vontade' do Ministro em se reportar ao Assessor do Presidente ao invés de se

reportar ao próprio Presidente, o Ministro poderia sentir sua autoridade diminuída ao prestar esclarecimentos a Assessores do Presidente da República ou sentindo-se revisado por Assessores. O Presidente chegava a intervir nas relações entre o Ministério e a Assessoria Econômica quando julgava necessário, pois essa relação nem sempre era harmônica:

"Se algum ministro de Estado não nos recebia - e não havia meio de se ter acesso à informação, porque não dávamos - o presidente dirigia-se ao Lourival Fontes, chefe da Casa Civil: 'Pergunte a ele por que ele não está recebendo os meus boêmios cívicos'¹⁴. Aí o ministro não tinha outra alternativa, não é?"
(RANGEL, 1991, p. 17).

A relação com o Ministério impunha limites para o anonimato dentro do próprio governo, e somente dentro do governo; pois publicamente, à época, não existem de fatos elementos que possam contrariar o quase-anonimato da Assessoria Econômica:

"Mas ao fim de certo tempo, era impossível evitar que os ministros e os presidentes de autarquias descobrissem quem era normalmente incumbido de despachar papéis do seu ministério. O próprio presidente muitas vezes informava

¹⁴ Segundo Rangel, Vargas apelidou os membros da Assessoria Econômica de boêmios cívicos, pois não raro viravam noites trabalhando no Palácio do Catete.

ao ministro que havia entregue o papel a 'fulano' para estudar. E o assessor, para se informar e para informar o Presidente, tinha necessidade, às vezes, de procurar o ministro ou seus conselheiros (revelando-se, portanto) a fim de obter dados, informações esclarecimentos, etc." (LEITE, 1959)

O estremecimento das relações entre o Ministério e a Assessoria Econômica não se dava apenas por questões de ordem administrativas ou hierárquicas, pois muitas vezes existiam posições distintas quanto a temas importantes. O caso do projeto em energia elétrica é representativo enquanto objeto de controvérsias entre a Assessoria Econômica e o Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, por exemplo. Como poderemos observar melhor mais adiante a Assessoria Econômica era crítica do papel que a *Light* e a *American Foreign and Power* vinham desenvolvendo enquanto considerava que o ministro era "muito reverencial em relação à *Light*" (ALMEIDA, 1990).

A forma de atuar, evitando que a Assessoria Econômica realizasse uma tarefa de revisar o trabalho do Ministério, nem sempre era observar dessa mesma maneira, inclusive pelos membros da Assessoria Econômica. Enquanto homens de confiança do Presidente parece-nos evidente que exerciam sim certa vigilância sobre o trabalho do Ministério:

"o meu papel como assessor do presidente em matéria de política exterior foi em grande parte caracterizado pela

vigilância sobre a atuação do ministro João Neves da Fontoura que, no Itamaraty, não era um intérprete fiel da política exterior do presidente. Então eu recebia instruções do presidente; eu conversava com o presidente; eu alterei projetos de instruções do Itamaraty para a delegação do Brasil na ONU, eu preparei um projeto de instruções para o novo embaixador do Brasil em Washington em julho de 52, diferente, totalmente diferente do projeto que tinha vindo do João Neves da Fontoura...." (LEITE, 1986, p.72)

Havia também limites para essa vigilância que eram os limites estabelecidos por Vargas, ou seja, a vigilância não era exercida autonomamente pelos membros da Assessoria Econômica e sim de acordo com as diretrizes do Presidente.

Da relação entre o Ministério e a Assessoria Econômica observamos que não havia por parte dessa última uma predisposição a substituir o ministério ainda que se considerassem seus membros os homens de confiança do Presidente, enquanto o Ministério era fruto de uma necessária composição política para tornar viáveis os projetos do segundo governo Vargas, inclusive os projetos oriundos da Assessoria Econômica:

"Bom, a Assessoria foi uma solução informal, e eu acho muito imaginativa, do presidente Getúlio Vargas, para escapar ao cerco político ao qual ele tinha sido

obrigado na escolha dos seus ministros."
(LEITE, 1988, p.3).

Essa percepção da Assessoria Econômica quanto ao seu próprio papel dentro do governo, orientava suas ações para não estabelecer contrapontos diretos com o Ministério, já que este era absolutamente necessário. A tarefa era ganhar os Ministérios para que estes encampassem os projetos da Assessoria Econômica, sem 'disputar o cartaz' com o Ministro, de maneira discreta.

Nesse primeiro momento esperamos ter apresentado a Assessoria Econômica nos aspectos em que nos propomos a fazê-lo: sua gênese, suas atividades e sua forma de funcionamento. Consideramos que essa apresentação seja um importante passo prévio para a investigação de sua contribuição ao segundo governo Vargas, e conseqüentemente, uma contribuição para a interpretação desse período através da Assessoria Econômica.

Capítulo II

Historiografia do Segundo Governo Vargas

1. Introdução

O período compreendido pelo segundo governo Vargas, é um momento importante de transformações capitalistas no Brasil. Os anos de 1951-1954 formam um curto período de um processo mais amplo, denominado Revolução Burguesa, conforme o conceito que tomamos de Florestan Fernandes (1975):

"[Revolução Burguesa] denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento quem essa revolução alcança um patamar histórico irreversível(...)de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa" (p. 203).

Dentre as características da revolução no Brasil está a radicalidade das mudanças ainda que estas não atinjam todos os setores da sociedade de uma única vez e nem com a mesma profundidade.

A periodização estabelecida por Florestan Fernandes engloba três fases de evolução interna do capitalismo no Brasil: a) eclosão do mercado capitalista especificamente moderno; b) formação e expansão do capitalismo competitivo;

c) irrupção do capitalismo monopolista. Essas três fases ficam assim distribuídas no tempo: do último quartel do século XIX até a década de 50 no século XX temos a eclosão do mercado capitalista moderno e a expansão e formação do capitalismo competitivo, no final da década de 50 temos o início do capitalismo monopolista consolidado com o Golpe de 1964.

De acordo com essa periodização, o segundo governo Vargas coincide com a expansão e formação do capitalismo competitivo, que precede o início do capitalismo monopolista inaugurado no período Juscelino Kubitschek.

O segundo governo Vargas assume grande relevância na historiografia que persegue as transformações do capitalismo no Brasil e em particular o processo da Revolução Burguesa. Não sem controvérsias, esse curto período de tempo é constantemente apontado como aquele em que houve o lançamento das bases do capitalismo moderno no Brasil ou, posto de outra forma, foi o período onde houve esforço de planejamento e atuação do governo voltada para a implantação do DI, condição inequívoca da formação de um esquema de reprodução capitalista.

Uma parte considerável da controvérsia acerca do período que estamos tratando organiza-se em torno da questão: houve um projeto no segundo governo Vargas? Essa não é a única questão que toma lugar cativo no debate sobre o período. Outras duas questões constantemente apresentadas são: foi um governo ambíguo? Foi um governo dividido em duas fases?

Julgamos conveniente enunciar qual significado que atribuímos a esses questionamentos:

1 - *O segundo Governo Vargas tinha um plano/projeto definido?* A historiografia busca compreender se o segundo

governo Vargas comprometeu-se claramente com algum projeto. Se houve compromisso, num nível mais profundo, tal qual tratado âmbito do processo da Revolução Burguesa no Brasil, com uma estratégia definida de desenvolvimento capitalista para o Brasil.

2 - *Foi um governo ambíguo?* A discussão sobre a ambigüidade está focada em compreender as iniciativas concretas sob a perspectiva de se houve ou não coerência entre tais ações. Nossa visão sobre esse aspecto, que organiza parte relevante da discussão sobre o segundo governo Vargas, é se havia no governo pressões de grupos de interesses distintos, ou até mesmo opostos, a ponto deste não ter podido definir suas ações de modo coerente. Tais ações podem ser tidas incoerentes ao nível mais superficial, porém urge ter em boa conta que mesmo ações aparentemente contraditórias podem perfeitamente ser coerentes ao nível de um projeto de governo.

3 - *Foi um governo dividido em duas fases?* Alguns textos, como veremos, observam uma ruptura profunda a ponto de considerar cindido o segundo governo Vargas. A reforma ministerial de 1953 é um marco comum utilizado para divisão do período. Nesse ponto observamos que teria tido uma guinada radical dos rumos do governo, essa interpretação, consagrada por Skidmore, opõe nacionalismo e ortodoxia.

Em nosso entendimento, a questão central, dentre essas três acima, é a que se refere ao projeto. Tornar a controvérsia sobre o projeto uma espécie de fio condutor é uma possibilidade de nos aprofundarmos nessa que consideramos a questão de fundo sobre o período. Os temas ambigüidade e divisão em duas fases ficam dotados de maior sentido se

compreendidos a partir de um referencial. Assim tanto as ambigüidades quanto as mudanças radicais, se houveram, ficam nítidas a partir de tal referência que tomaremos pelo projeto.

1.1. Algumas considerações sobre o tema "Projeto"

Quando reolocamos a questão sobre se houve ou não um projeto de governo atribuímos o seguinte significado específico: o segundo governo Vargas teve ou não uma estratégia para o desenvolvimento capitalista para o Brasil nos marcos da Revolução Burguesa?

Nesse ponto consideramos apropriado definir também o que entendemos por projeto. Em primeiro lugar:

"Como a sociedade é feita de conflitos projeto nacional não é entendido como projeto de toda a nação mas claramente como projeto para uma nação; e vinculado à ação de determinadas frações das elites políticas dirigentes e à dominação de classe".(SILVA in CORSI, 2000)

Nesse sentido estamos conscientes de não confundirmos o projeto da nação com o projeto para a nação, pois trataremos certamente apenas desse segundo a partir da figura central que foi Getúlio Vargas. Qual teria sido o projeto que Getúlio Vargas representava a partir das forças materiais sobre as quais se movia? Não nos interessa encarnar frações da elite política em

Vargas de maneira pré-concebida¹⁵ mas sim verificar através das ações realmente tomadas para quem operou, e dessa maneira se houve um *projeto nacional* durante seu governo.

Em segundo lugar:

"Projeto nacional é, na verdade, uma referência ideal mesmo quando transformado em força material, sob a liderança de personagens históricos reais, como Vargas, Médici ou FHC. A natureza concreta de qualquer projeto só pode ser esclarecida a partir de nossas próprias expectativas (o que procuramos no passado, como entendemos o presente, o que esperamos do futuro) e do exato concreto - fundado teórica e criticamente - da ação dessas elites e classes". (idem)

Essa segunda passagem de Silva, a que recorreremos mais uma vez, atua no sentido de esclarecer que o sentido de buscar o passado só pode ser encontrado no próprio presente. Em cada momento, a investigação e o investigador da questão do projeto em Vargas tem motivações distintas. Essa constatação auxilia a compreender porque tantos projetos foram encontrados e até mesmo nenhum projeto foi encontrado pelos pesquisadores do período.

5 Como mostra D'ARAÚJO (1984), o processo de alianças políticas que levam à candidatura Vargas foi muito conturbado, impedindo que façamos imediatamente uma análise da base material de sustentação da candidatura Vargas a partir da coligação que o elegeu.

O projeto que estamos perseguindo na literatura sobre o período está relacionado às transformações exigidas pela Revolução Burguesa no Brasil, ou seja, um projeto capitalista e nacional no aspecto em que propõe um projeto para toda a nação.

2. Os "projetos" do segundo governo Vargas e a Revolução Burguesa no Brasil

Ao longo da historiografia sobre o segundo governo Vargas, como já afirmamos, diversos projetos e até mesmo nenhum projeto foram encontrados. A fim de perscrutarmos a historiografia do período apresentamos a seguir os vários projetos encontrados no segundo governo Vargas.

Os diferentes projetos que encontramos podem ser agrupados, para fins de análise, de diversas maneiras. Uma delas consideramos de especial relevância, pois liga-se ao conceito de Revolução Burguesa que adotamos nesse trabalho. O conceito tal qual tratado por Florestan Fernandes apresenta a Revolução Burguesa como processo cujo ponto alto ocorre quando o desenvolvimento capitalista atinge seu pleno desenvolvimento industrial (FERNANDES, 1975). Nesse sentido, atribuir um objetivo industrializante ao projeto do segundo governo Vargas significa compreendê-lo com vistas à conclusão da Revolução Burguesa em processo.

Algumas interpretações enfatizam, de diferentes maneiras, o caráter industrializante do projeto do segundo governo Vargas. Destacamos aqui as defendidas por Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, Sônia Draibe, Pedro Paulo

Zaluth Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca e a Assessoria Econômica.

Sônia Draibe faz enfática defesa da existência de um projeto geral para o período:

"...definiu-se no início dos anos 50 um projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que o delineado ao final da década de 30". (DRAIBE,1985)

"Definiram-se, ao mesmo tempo, um programa de desenvolvimento capitalista da agricultura, um bloco integrado de inversões visando a industrialização pesada, um projeto de desenvolvimento urbano e de vinculações orgânicas entre o campo e as cidades e, finalmente, uma concepção de integração das massas trabalhadores urbanas no processo de desenvolvimento, através de políticas específicas de bem-estar social".

(IDEM)

A despeito desse projeto nunca ter sido escrito, a autora infere suas conclusões a partir da documentação, das mensagens presidenciais apresentadas ao congresso nacional no início de cada ano legislativo, que chamou de Mensagens Programáticas¹⁶ e, dos discursos e pronunciamentos oficiais do presidente.

¹⁶ Trata-se da Mensagem ao Congresso Nacional enviada pelo presidente, todos os anos, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos das

Vargas teria tido como objetivo estratégico aprofundar a industrialização brasileira e para tanto desenvolveu projetos em áreas fundamentais para estabelecer bases capitalistas sólidas. Houve forte ênfase em dois desses setores estratégicos: energia e transportes.

Os projetos referentes a energia ficaram majoritariamente sob responsabilidade da Assessoria Econômica que elaborou o Plano Nacional de Eletrificação, Plano Nacional do Carvão, Petrobrás e Eletrobrás. Durante o governo Vargas, somente o Projeto Geral do Carvão e a Petrobrás foram aprovados.

Já os projetos para o setor de transportes foram prioritariamente desenvolvidos pela CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos) ¹⁷ que fora formada efetivamente em julho de 1951. O financiamento para os projetos da CMBEU, deveria advir do Bird e do Eximbank, além da contrapartida do governo brasileiro consubstanciada no Plano Geral de Reparcelamento Econômico. Os projetos elaborados pela CMBEU abrangeram os setores de transportes, energia e indústria.

Vargas, segundo Draibe, subordinou o financiamento a esses projetos a um padrão de acumulação capitalista cuja armação teria um papel estratégico destinado à empresa pública. Dois fatores são de especial relevância para justificar o papel da empresa pública: 1) o setor em questão onde se vislumbrava a atuação da empresa pública ser considerado estratégico para o país, com vistas a

quais a mais importante no sentido de assemelhar-se ao projeto defendido pela autora, foi a de 1951.

¹⁷ O início da negociação para a instalação dessa comissão foi entre o governo Dutra e Truman, em 1950. Vargas incentivou a instalação da comissão e seu principal objetivo era a obtenção de financiamento público externo (Bird e Eximbank) para projetos que interessavam à estratégia industrializante e certamente também interessavam aos EUA. A Comissão é encerrada em dezembro de 1953 por pressão do novo governo norte-americano conduzido por Eisenhower.

industrialização; 2) haver pouco interesse do capital privado, especialmente o nacional, nesses mesmos setores considerados estratégicos.

Os capitais externos eram preferidos sob a forma de empréstimos públicos, uma vez que proporcionavam maior liberdade de aplicação segundo os projetos do governo e, quando fosse o capital externo privado deveria, preferencialmente, associar-se à empresa pública ou privada nacional, sendo fortemente desejado que o controle fosse mantido internamente. O débil capital privado nacional seria beneficiado por essa armação, já que seria estimulado a realizar investimentos possíveis mediante as suas disponibilidades de fatores e sem grandes riscos.

O balanço desse provável projeto é que sua implementação seja nas realizações econômicas ou sociais ficou aquém do previsto. Os avanços mais significativos ocorreram no setor de infra-estrutura, com a criação da Petrobrás e o aumento dos investimentos no setor de siderurgia, segundo Draibe.

Ainda que o projeto de Vargas não tivesse tido a abrangência, que propõe Draibe, não se fazia menos necessário uma articulação do aparelho de Estado que pudesse suportá-lo institucionalmente. Eram exigidas funções de coordenação, planejamento e controle a fim coordenar a política econômica e a política industrial. Com vistas a essas necessidades foram criadas uma série de novas estruturas: BNDE, CMBEU, CNPA (Comissão Nacional de Política Agrária), CDI (Comissão de Desenvolvimento Industrial), CNBE (Comissão Nacional de Bem Estar), e comissões mais específicas para produtos como carvão, babaçu, material elétrico etc.

A autora discute a necessidade de um órgão geral de planejamento¹⁸, mesmo com a Assessoria Econômica atuante nesse sentido, que pudesse harmonizar o trabalho dessas novas estruturas. Constata que na ausência de tal órgão a própria figura da Presidência da República cumpriu esse papel, de modo que a linha oficial do governo estava no próprio Vargas e não em qualquer instância do governo, como a Assessoria ou o Ministério da Fazenda.

A autora destaca o papel da Assessoria Econômica no planejamento:

"A Assessoria Econômica da Presidência, sob a chefia de Rômulo Almeida e, posteriormente de Jesus Soares Pereira, exerceu, de fato, funções de planejamento global, principalmente no referente aos projetos mais importantes do governo, exercendo papel dinamizador sobre o conjunto dos órgãos da administração".
(DRAIBE, 1985)

Mesmo assim, essa atuação não teria impedido que uma série de conflitos se instalasse no interior do Estado e, principalmente que o conflito tivesse se constituído em regra. Houve uma série de posições divergentes alojadas em postos chaves do governo no tocante a questões cruciais como o caso da própria industrialização.

Draibe não menciona a idéia de ambigüidade. Porém podemos inferir que, se esta houve, não pode ser identificada

¹⁸ Draibe descreve com bastante detalhe a luta para a formação de um órgão com esse caráter e a derrota que sofreu, desde os tempos de Dutra, na segunda parte de seu trabalho.

na figura de Vargas, pois este encarnava o projeto defendido pela autora. Ocorreu sim uma série de conflitos intra-burocráticos resultantes da ausência de um órgão específico de coordenação e planejamento. Daí o choque entre, por exemplo, propostas de cunho mais nacionalistas oriundas da Assessoria Econômica e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) que alojava interesses pró-EUA.

A ênfase do segundo governo Vargas em um projeto de industrialização foi abordada - ainda que menos sistematicamente - por outros autores antes de Sonia Draibe, dentre esses destacamos Francisco de Oliveira e Octávio Ianni.

Em Francisco de Oliveira temos:

"Na primeira metade dos anos cinqüenta que corresponde quase inteiramente à presidência Vargas, o padrão de acumulação intentado para a economia brasileira fundava-se numa prévia expansão do setor produtor de bens de produção, que poderia - atente-se para o condicional - fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis" (OLIVEIRA, 1984, p. 77)

Deixa claro que esse mesmo projeto não se realizou por completo, pois houve dificuldades tanto internas quanto externas que impediram o segundo governo Vargas de finalizá-lo, de modo que foi implantado apenas parcialmente.

O autor aponta três fontes de acumulação de capital no período: a) transferência de excedente do setor exportador para o setor industrial através do câmbio; b) nacionalização dos setores básicos do Departamento I, com ênfase para os bens intermediários; c) manutenção de baixos níveis de salários, porém atenuando as perdas através do oferecimento de serviços a baixo custo pelo Estado.

A participação direta do Estado na economia com vistas a uma industrialização equilibrada é elemento comum entre Oliveira e Ianni. Para o último o Estado agiu no Brasil em duas etapas: a) defesa de interesses setoriais materializados na criação de diversos órgãos de defesa e institutos ligados a produtos específicos; b) ingresso direto nas atividades produtivas onde pesam importantes realizações do segundo governo Vargas como BNDE, Petrobrás e Banco do Nordeste do Brasil.

A ênfase da análise de Ianni é na relação entre Estado e industrialização capitalista no Brasil. Considera que de maneira geral o Estado atuou para o processo de industrialização através de mecanismos que evitassem o escoamento de excedente de capital para fora do país, a fim de incorporá-lo na acumulação interna¹⁹.

Dessa forma temos que o projeto passa pela internalização da acumulação capitalista e pela ação concreta

¹⁹ "A acumulação de capital é o processo pelo qual uma parcela dos bens e serviços disponíveis numa economia, em um determinado período de tempo, incorpora-se à capacidade produtiva dessa economia". Grupo Misto BNDE - CEPAL *apud* IANNI, 1965.

do Estado na consecução desse objetivo através da industrialização.

Um dos temas correntes na historiografia é a ambigüidade das ações de Getúlio Vargas. A análise das ambigüidades, sobretudo a partir do texto de Skidmore (1976), recebe um tratamento ao nível das ações de governo. Busca-se encontrar uma linha de continuidade plena entre as ações do governo, ao não ser encontrada essa uniformidade surge a defesa da ambigüidade para explicar as muitas ações que chegavam a ser contraditórias entre si. A análise da ambigüidade em Ianni é tratada a partir de um nível mais profundo que os fenômenos aparentes, recolocada para o nível da expansão do capital:

"No quadro das ambigüidades e contradições que medram no seio da economia brasileira, ao lado das medidas destinadas a aumentar a entrada de capitais externos, o governo também age no sentido de proteger os capitais nacionais (...) Daí as contínuas flutuações da política econômica do governo".

(IANNI, 1965, p.6)

Observamos que essa ambigüidade não é apontada para um período específico de modo que parece se converter em uma característica estrutural da atuação dos governos. Pudemos também identificar que para Ianni a causa dessa aparente ambigüidade reside em uma não ruptura com o imperialismo, daí decorre que a fim de obter vantagens, muitas vezes, o governo toma atitudes contraditórias como, por exemplo, foram as atitudes de Vargas quanto à movimentação de capitais quando,

em um primeiro momento, visa impor limites mais rígidos e noutro envia ao congresso projeto de lei que cria o mercado livre de câmbio ou ainda como mostra o próprio autor utilizando um exemplo do primeiro período Vargas:

"Por isso é que as relações da nação com o imperialismo se colocam em outros termos. Por isso que Vargas faz a chantagem do subdesenvolvimento, diante da Alemanha e dos Estados Unidos, para instalar a Companhia Siderúrgica Nacional. Como a revolução burguesa em andamento não se havia apoiado numa ruptura com o imperialismo, a luta contra este foi conduzida por meio de ambigüidades, que parecem contraditórias à análise apressada"
(IANNI, 1965, p.66).

A Assessoria Econômica é objeto de crítica dos dois autores. Oliveira considera que a Assessoria Econômica influiu menos do que a mesma gostaria nos rumos do segundo governo Vargas. Atribui o projeto intentado muito mais às necessidades imperativas que a realidade antepunha ao governo contra a possibilidade desse mesmo projeto ter sido elaborado pela Assessoria Econômica imbuída de motivações nacionalistas:

"Esse padrão de acumulação intentado e parcialmente realizado não surgiu do nada. Não surgiu de 'conspirações assessoriais' e nem sequer de uma ideologia nacionalista

exacerbada: hoje, é fato conhecido que a ditadura Vargas propõe ao capital norte-americano a implantação do que viria a ser a Companhia Siderúrgica Nacional" (OLIVEIRA, 1984, 78).

Já Ianni demarca sua diferença com a Assessoria Econômica no campo teórico ao criticar a presença da teoria da dualidade²⁰ nos projetos da Assessoria Econômica - cita como exemplo o relatório Planejamento do Combate às Secas, de 1953. Para o autor: "*O conceito de dualidade retira a historicidade da história, tomando o objeto presente em sua existência manifesta*", ou seja, a teoria da dualidade analisa a realidade social em sua superfície tomando a aparência dos fenômenos sem conferir-lhes uma interpretação histórica.

Na mesma trajetória de defesa de um projeto capitalista de cunho industrializante nos marcos da Revolução Burguesa, como vimos defendendo, localizamos as contribuições de Pedro Cezar Fonseca Dutra e Pedro Paulo Zaluth Bastos. Em Bastos temos o foco no que denominou a "dependência em progresso" como característica do capitalismo brasileiro e em Fonseca temos a atenção voltada para o "capitalismo em construção" e o papel exercido por Vargas nesse processo.

Fonseca declara sua proximidade da análise de Sônia Draibe quanto ao projeto defendido, inclusive quanto ao

²⁰ Ignácio Rangel foi o membro da Assessoria Econômica que mais explicitamente sistematizou a teoria da dualidade a que Ianni se refere, e assim a define: "*A economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção*" p. 32. Essas duas ordens de leis tendenciais permitem a coexistência de realidades aparentemente pertencentes a períodos históricos distintos, como o latifúndio voltado para exportação e com características feudais e a dinâmica indústria de substituição de importações. Ver RANGEL, 1957a.

entendimento do que denomina projeto: conjunto de medidas dotadas de sentido entre si e com vistas ao aprofundamento radical da industrialização, sem exclusão da agricultura. Assim como Draibe, alerta que não pode ser confundida a existência do projeto com sua efetivação.

Bastos busca explicitar a existência de um projeto ao estabelecer uma linha de coerência entre os pronunciamentos de Vargas durante o período Dutra, os pronunciamentos da Campanha Presidencial e a Mensagem Presidencial de 1951. Ao longo desse percurso identifica as diretrizes do que seria um projeto de governo destacando oito itens que formam sua coerência: a) críticas ao governo Dutra; b) importância do aumento do crédito para expansão da produção e combate a inflação; c) necessidade de uma política cambial seletiva coerente com a substituição de importações e aumento do crédito; d) importância do equilíbrio orçamentário para combater a inflação e financiar grandes empreendimentos; e) criação de um novo padrão industrial baseado na produção de insumos e bens de capital e para tanto intervenção do Estado a fim de superar pontos de estrangulamento; f) cooperação internacional para atração de capitais; g) crescimento econômico como condição para conciliação de classes; h) alerta para condições externas desfavoráveis a partir da Guerra da Coréia (BASTOS, 2001, p. 332).

A análise da ambigüidade e das duas fases de governo, a exemplo das primeiras interpretações sobre o período (IANNI e OLIVEIRA) aparece diluída estruturalmente nas características intrínsecas do capitalismo brasileiro adjetivado de associado, ou seja, *capitalismo associado*.

Em Fonseca temos:

"Mas tudo sugere que, desde o início, o projeto de Vargas vinculou-se à construção de um capitalismo 'associado' no sentido modernamente empregado ao termo, ou seja: nem Vargas nem a burguesia industrial chegaram a encampar qualquer rompimento com o capital estrangeiro visando à construção de um 'capitalismo nacional'. Deste modo, parece totalmente imprópria a dicotomia 'desenvolvimento nacionalista' de Vargas versus 'desenvolvimento associado' de Juscelino Kubitschek, consagrada por parte da literatura" (FONSECA, 1987, p.426)

Notamos que há uma preocupação evidente por parte do autor de atribuir um significado preciso ao termo capitalismo associado, definição que consideramos apropriada principalmente no sentido de melhor aclarar que jamais houve por parte de Vargas tentativa de instalação de algo como capitalismo autárquico. Mas deve também ficar claro que essa associação pode tomar diversas formas, de modo que sob o termo capitalismo associado podem existir várias formas de associação com relação ao capital estrangeiro.

Quanto às várias formas de associação e especificamente quanto à associação desejada por Vargas, Bastos é bem preciso:

"(...) o nacionalismo de Vargas não era xenófobo, no sentido de recusar-se a contar com recursos externos ou barrar a entrada de capitais estrangeiros no Brasil. A crise de seu projeto econômico, portanto, não foi a crise de um projeto de desenvolvimento estritamente nacional e avesso à participação de capitais estrangeiros (...) Foi a crise, sim, de uma forma de desenvolvimento associado do capitalismo brasileiro diferente daquela que vingaria na segunda metade da década de 50, mas ainda assim a crise de uma proposta de desenvolvimento associado.

(...) Mas outra vulnerabilidade deste projeto de associação era que os termos desejados de associação eram diferentes para os possíveis sócios. De fato, um ponto central da barganha diplomática com o Departamento de Estado estava precisamente no papel relativo dos empréstimos governamentais e dos fluxos de investimento direto externo destinados dos Estados Unidos ao Brasil e, em sua face interna, a participação relativa de capitais externos norte-americanos ou empresas estatais brasileiras na produção de insumos básicos e infraestrutura (...)" . (BASTOS, 2001,p.503)

O conteúdo atribuído ao capitalismo associado por Bastos, em nossa visão, é complementar a colocação de Dutra; no sentido que juntos definem claramente que jamais houve intenção de Vargas de romper com o capital estrangeiro, ao contrário, buscava o capital estrangeiro, porém de maneira a subordiná-lo ao seu projeto de desenvolvimento capitalista daí a preferência pelo empréstimo governamental.

Vargas não podia dar-se o luxo de abrir mão de recursos estrangeiros para a consecução de seus projetos industrializantes e receber tais recursos não é de forma alguma descaracterizar a autonomia desejada pelo presidente, desde que essa autonomia seja bem compreendida como "a possibilidade de levar adiante o projeto de desenvolvimento econômico e não ceder a pressões externas destinadas a obstá-lo". (FONSECA, 1987, p.412)

Conforme já afirmamos é dentro desse quadro mais geral, que se movem nos autores as questões da ambigüidade e das duas fases de governo. A primeira delas, posta por Bastos, está inscrita, de certa maneira, da mesma forma que em Ianni: a ambigüidade reside por um lado em não romper com o imperialismo ao não abrir mão de recursos estrangeiros. O rompimento não se dava, segundo BASTOS (2001), pela impossibilidade de centralização interna de recursos que pudesse de fato colocar como possibilidade a dispensa do capital estrangeiro:

"as heranças/restrições financeiras e técnicas relacionadas ao desenvolvimento tardio do capitalismo não encontraram uma correlação de forças políticas internas que, neste

período de transição entre a crise do início dos anos 30 e a crise de meados dos anos 50, possibilitasse um grau de centralização/comando de recursos que, senão dispensasse, pelo menos reduzisse a necessidade de recorrer a fundos externos para financiar empreendimentos internos" (BASTOS, 2001, p.503)

Bastos relê a questão da ambigüidade como as manobras as quais o governo se viu obrigado a desempenhar para governar diante da impossibilidade de centralizar recursos internos "sem sacrifícios dos níveis de vida" e com um Congresso Nacional que muito pouco facilitava a vida do presidente.

Assim temos que a ambigüidade liga-se a questão da centralização de recursos para levar adiante a industrialização. Visto dessa maneira o aparente conflito dentro do aparelho de Estado é vislumbrado como diferentes possibilidades de centralizar recursos destinados aos projetos necessários, sobretudo em infra-estrutura. Se havia possibilidade de obtenção de recursos externos via CMBEU essa deveria funcionar ainda que alojasse interesses norte-americanos assim como a Assessoria Econômica deveria dar andamento a projetos que não contariam e até mesmo vetariam participação do capital estrangeiro, estabelecendo uma relação de complementaridade:

"A tendência a enfatizar as diferenças entre a Assessoria Econômica, de um lado, e o Ministério das Relações Exteriores e a CMBEU de outro, por

vezes implica em esquecer o grau em que suas diferenças eram imaginadas como complementares, no sentido de viabilizar de diferentes maneiras a centralização de recursos administrativos e financeiros necessários para a execução do projeto de industrialização dos setores básicos proposto por Vargas" (BASTOS, 2001, p.343)

3. O segundo governo Vargas sem projeto de industrialização

Sérgio Besserman Vianna (1987) é outro autor que defende a existência de um projeto, porém, de perspectiva distinta da defesa de Draibe e dos autores acima. Não há uma perspectiva de transformação capitalista na análise do autor.

Seu foco é a política econômica do período. O autor propõe uma reinterpretação do período a começar pelo combate às teses de ambigüidade ou duas fases de governo com uma virada nacionalista. Para tanto explicita a existência de um projeto de governo dividido em duas etapas que em nada se assemelha a tese da existência de uma virada nacionalista²¹:

²¹ O texto de Thomas Skidmore (1976) consagra as idéias de ambigüidade e da divisão do governo em duas fases. A ambigüidade teria sido decorrente da tentativa de conciliar objetivos de curto prazo e objetivos de longo prazo. Para a primeira ordem de objetivos como o controle da inflação, por exemplo, o governo lançava mão de instrumentos de política econômica ortodoxos, para o longo prazo cujo objetivo era a industrialização incluía medidas industrializantes como ampliação do crédito. A tese das duas fases, uma conservadora e outra nacionalista, fica por conta da relação com o movimento operário. A relação do presidente com os trabalhadores é relativamente tranqüila até as greves de 1953. Vargas responde à perda de apoio entre os trabalhadores com uma reforma

"A política econômica do segundo Governo de Getúlio Vargas tem sido freqüentemente apresentada como resultado do confronto entre estratégias distintas ("ortodoxia versus nacionalismo") e/ou posições antagônicas no interior do governo (pastas da Fazenda e do Exterior versus Assessoria Econômica da Presidência).

Na verdade, a política econômica nesse período, ao contrário de dúvida, era precisa e coerente; foi determinada em consonância com um projeto de governo bem definido que tornava possível a articulação e hierarquização de forças políticas e interesses divergentes em torno da ação governamental.

O projeto consistia, em linhas gerais, na idéia de dividir o governo em duas fases: na primeira, haveria a estabilização da economia, o que, na visão ortodoxa das autoridades econômicas de então, consistia fundamentalmente em equilibrar as finanças públicas de modo a permitir a adoção de uma política monetária

ministerial que levou João Goulart ao Ministério do Trabalho e elevou o salário mínimo. A tônica dos discursos do presidente após 1953 é nacionalista, marcando a virada nacionalista.

restritiva e, dessa forma, acabar com a inflação. A segunda fase seria a dos empreendimentos e realizações e sua viabilidade deveria ser sustentada por dois pilares: (1) o sucesso da primeira fase e (2) o afluxo de capital estrangeiro para o financiamento de projetos industriais de infra-estrutura. Não houve, no segundo Governo Vargas, ambigüidades na condução da política econômica".(VIANNA, 1987, P.16)

Nessa hierarquização, em primeiro lugar estaria a estabilização sob o comando do Ministério da Fazenda e, em segundo lugar, os grandes projetos a cargo da Assessoria, concentrados no setor de energia, e os projetos da CMBEU concentrados no setor de transportes, de modo que do ponto de vista estrutural esses foram os dois grandes setores - transporte e energia - que o segundo governo Vargas objetivou transformar profundamente.

Para comprovar documentalmente a existência de um projeto de governo Vianna recorre a uma carta de Oswaldo Aranha que, na condição de amigo e homem de confiança de Vargas, relata o conteúdo de uma conversa com Horácio Lafer, então Ministro da Fazenda. Essa conversa foi um pedido de Vargas a Oswaldo Aranha, não identificamos o motivo desse pedido e nem está explícito a data da conversa, apenas que se trata do ano de 1951. Abaixo seguem trechos da carta escrita por Oswaldo Aranha a Vargas:

"Em resumo, disse-me [Horácio Lafer] que terás de agir, na primeira etapa, como Campos Salles, para pôr ordem nas finanças. Nesta etapa, para a qual, manifestando-me grande admiração pela tua atitude pública superando os teus sentimentos pessoais, terias, com teu Governo, de atravessar crises de má vontade popular e até geral, para chegar à segunda: a do Rodrigues Alves, de empreendimentos e construções, que o país está a exigir. A etapa final seria o remate das anteriores: a propriamente tua, a social(...).Na segunda fase acredita ele poder oferecer recursos para levaras avante a solução do problema de portos, estradas e de energia, sobretudo elétrica, que devem ter prioridades sobre todos os demais²²"

Segundo o autor, o projeto exposto não foi concretizado. As condições para o sucesso do plano eram o sucesso da primeira fase - controle de preços e equilíbrio do balanço de pagamentos eram medidas fundamentais - e o ingresso de capital forâneo para a implementação da segunda fase destinada a grandes projetos de infra-estrutura

Os principais elementos que contribuíram para o fracasso foram: a) a crise do balanço de pagamentos que irrompeu em 1953, b) vitória de Eisenhower para a presidência dos EUA em

²² GV 51.00.00/88, 1951. CPDOC.

1952 e a decorrente mudança de orientação nas relações internacionais, c) fim da CMBEU onde estavam depositadas as maiores esperanças de recursos externos para a segunda fase de governo.

O trabalho de Vianna traz inúmeras hipóteses sobre a política econômica do segundo Vargas. Dois exemplos importantes são: a análise do déficit no balanço de pagamentos e a questão da remessa de lucros.

A causa do déficit no balanço de pagamentos é correntemente identificada com a Guerra na Coréia. O governo teria liberalizado as importações com o intuito de realizar estoques, sobretudo para as necessidades industriais, e evitar as restrições, ainda recentes na memória, ocorridas durante a II Guerra Mundial. Vianna nega que a Guerra da Coréia tenha sido de fato o principal motivo do déficit comercial. Ao comparar as liberações com o calendário bélico constata sua afirmação: houve descompasso entre os movimentos militares e a contínua liberação de licenças para importação, além de considerável concessão de licenças para bens não essenciais.

A política de liberalização de concessão, aliada ao fato peculiar de terem as licenças validade por um período longo de tempo (até um ano, dependendo do tipo de bem), e uma inesperada contração das exportações (à exceção do café) teriam gerado a crise cambial de 1953.

Quais teriam sido então as causas da extrema liberalização? Segundo o autor, o motivo mais relevante teria sido a análise de inspiração ortodoxa de que os saldos positivos das reservas eram inflacionários. Entre os outros motivos estavam a situação cambial favorável e a política

adotada de concentrar as importações em equipamentos e bens de capital.

Quanto à remessa de lucros, segundo Vianna, o objetivo de Vargas a partir da seqüência de liberalização-restrição-liberalização do movimento de capitais não estava relacionada a qualquer tentativa de controle de cunho nacionalista. O real objetivo era obter vantagens para o Brasil, junto aos EUA, mediante o quadro de acúmulo de atrasados comerciais.

"Não custa repetir, agora, que Vargas irá preferir barganhar um pouco mais. Embora a discussão do projeto de mercado livre tenha sido reaberta no Congresso em agosto [1952], o impulso definitivo só foi dado quando se teve como certa a obtenção de empréstimo vultuoso para financiamento dos atrasados comerciais. A negociação desse empréstimo havia sido iniciada precisamente em junho". (VIANNA, 1987, P.86)

Ainda em Vianna, a reforma Ministerial não pode ser considerada uma mudança na orientação do governo, pois o fracasso da primeira fase não leva a mudança na orientação da política econômica ortodoxa. Os objetivos de controle da inflação, contenção de crédito, equilíbrio fiscal, e equilíbrio no balanço de pagamentos, foram todos reafirmados pelo novo ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, cuja medida mais importante foi a Instrução 70 da Sumoc. A entrada de João Goulart no Ministério do Trabalho e, principalmente sua

demissão, entregue juntamente com a proposta de elevação de 100% do salário mínimo em fevereiro de 1954, não caracterizou mudança de orientação do governo. O fato de o governo ter concedido o aumento proposto teve motivação política - eleições locais e sucessão presidencial - e o manifesto descontentamento dos trabalhadores com a greve dos 300 mil em 1953. O objetivo geral da Reforma Ministerial estava ainda inscrito nas metas da primeira fase do governo, se tratava de mais uma tentativa de estabilização da economia não alcançada em dois anos e meio de governo.

Ressaltamos até aqui o combate do autor à tese da ambigüidade através da idéia de hierarquização de tarefas, e o combate à tese das duas fases tal qual exposta através de Skidmore, já que atribui outro caráter às duas fases propostas. Outra proposição refutada é a de Draibe; segundo Vianna, a autora exagera, "leva ao paroxismo" a hipótese que Vargas teria um projeto capitalista alternativo para o Brasil.

O autor se declara mais próximo da interpretação de Lessa e Fiori, que examinaremos a seguir, onde o objetivo principal do governo era concentrar esforços para a resolução dos pontos de estrangulamento representado pela insuficiência nos setores de energia e transporte, portanto um projeto muito menos ambicioso que o sugerido por Draibe. Consideramos importante ressaltar, que dentre os autores mencionados que identificam a existência de um projeto, Vianna é singular em não atribuir a esse projeto qualquer intento de modificação do padrão de acumulação capitalista.

É da política econômica que Vianna extrai suas conclusões mais gerais sobre o governo Vargas, conseqüentemente, atribui ao Ministério da Fazenda a responsabilidade pela condução dessa política mediada pela

hierarquização do projeto "Campos Sales-Rodrigues Alves", gerado no âmbito do próprio Ministério da Fazenda.

Dentro da hierarquização proposta a Assessoria Econômica também teria se subordinado, ainda que cumprisse um papel especial:

"A Assessoria Econômica da Presidência da República, por exemplo, não deixaria de ser, para Vargas, uma forma de preservar um canal para iniciativas políticas que necessitassem contornar as pressões dos setores conservadores hegemônicos no plano partidário". (VIANNA, 1987, p.37)

À Assessoria estaria reservado importante papel na "fase Rodrigues Alves", de forma que Vianna reconhece a importância da Assessoria Econômica na área de planejamento.

Em Vianna temos a defesa da existência de um projeto, ao qual é atribuído um claro cunho ortodoxo a partir da análise de política econômica. Quanto à industrialização o autor declara-se próximo da interpretação de Lessa e Fiori que analisaremos em seguida.

Em linhas gerais, os autores, combatem a tese defendida por Sônia Draibe e a tese de uma virada nacionalista. A interpretação de Lessa e Fiori é polêmica a começar da importância que relegam ao período do segundo governo Vargas. Consideram desmedida a atenção que os estudiosos dedicam ao período. Utilizam o argumento de existem muito mais traços de

continuidade entre Dutra-Getúlio Vargas-Juscelino Kubitschek que rupturas:

"Não fora o suicídio e a virulência da Carta Testamento, o período Vargas talvez fosse hoje considerado menos turbulento que o de J.Kubitschek". (FIORI & LESSA, 1983)

Segundo os autores o período em questão careceu de um projeto do governo. A consulta à documentação oficial (decretos, leis, exposições de motivos, etc), às mensagens presidenciais, aos discursos, etc, permitem diversas leituras. Mas nem por isso o período é ininteligível, e as aspirações de Vargas podem ser identificadas, mesmo sem um projeto formal:

"Quais, então, as metas e o projeto que orientou (sic) as iniciativas pontuais do governo de Vargas? Qual a direção que alinhavando-as outorga-lhes definitiva coerência lógica e histórica? A da remoção das insuficiências infra-estruturais inibidoras do crescimento industrial (...) Tratava-se de desbloquear engarrafamentos, energéticos e de transportes, muito mais do que alavancar e direcionar o processo industrializando a partir do Estado". (FIORI & LESSA, 1983, P.26)

O caminho buscado para cumprir as metas desde sempre teria sido o do capitalismo associado entre capital nacional

privado, Estado e capital externo. Embora o termo capitalismo associado tenha se difundido a partir do governo Juscelino Kubitschek os autores identificam a busca do capitalismo associado no Brasil desde os anos 1920. Entendem que Vargas não se opunha ao capital externo. Como exemplo máximo consideram a CMBEU, sobre a qual era depositada grande expectativa na execução de projetos ligados a melhoria dos transportes.

Não houve, para os autores, uma tentativa de forjar um novo padrão de acumulação em que assume grande relevância o papel atribuído à empresa pública como articuladora do tripé privilegiando o capital nacional privado e reservando ao capital externo um papel complementar e não primordial; por conseguinte o papel do Estado também é revisto. Não houve nem mesmo a intenção de montagem de um novo padrão de acumulação nem de tornar a presença do Estado ostensiva. A visão sobre a presença do Estado era muito mais pragmática que baseada em um projeto alternativo de acumulação capitalista.

Para a defesa de suas idéias Lessa e Fiori tomam o caso do Projeto Nacional de Eletrificação (PNE), - curiosamente o mesmo item é tomado por Draibe para defesa de idéia antagônica à dos autores - e da Petrobrás, ambos projetos da Assessoria Econômica. Tomando apenas o caso do PNE, temos o item da proposta onde mais se revelam os argumentos acima: a instalação de indústria para equipamento elétrico pesado.

Para a instalação desse setor o PNE era explícito: caso não exista interesse privado de nacionais ou estrangeiros a própria Eletrobrás implantaria a indústria. Nesse caso ficaria evidente que o Estado só ingressaria no setor caso não houvesse interesse do setor privado nacional como primeira opção e, mais que isso, havia um entendimento que

para despertar o interesse do capital privado nacional ou estrangeiro o Estado deveria auxiliar o setor.

Os autores criticam a vontade de vislumbrar nesse item do projeto parte de um projeto mais amplo de industrialização capitaneado pela empresa pública em associação ao capital privado nacional:

"cremos haver uma vontade de transcender o pragmático da proposta. Reside na escassez cambial o critério principal para a instalação da indústria de equipamentos elétricos". (FIORI & LESSA, 1983, P.14)

A política econômica teria sido conservadora, ou seja, a maioria das medidas foi conservadora - onde os principais, ou únicos, perdedores foram os trabalhadores. Assim, a Reforma Ministerial em termos de política econômica representou uma nova tentativa de estabilização e mesmo a entrada de João Goulart no Ministério do Trabalho não caracterizou uma mudança da orientação de governo. Nesse caso Vargas teria agido a fim de responder à crescente mobilização sindical.

A tônica dos autores é atribuir ao governo "apenas" o objetivo de romper os pontos de estrangulamento da economia nos setores de transporte-energia, sem que através desse propósito possa ser vislumbrada uma estratégia industrializante. Consideramos que modificar esses dois setores da economia nos parece ter muito maior alcance do que os autores atribuem, pois são setores base para o desenvolvimento capitalista moderno, ainda que tivessem sido apenas esses dois os objetivos do governo a presença de um considerável esforço industrializante estaria assegurada.

Até aqui nos detivemos nas análises que através de aspectos econômicos negam um projeto de industrialização ao segundo governo Vargas. A abordagem dos aspectos políticos de Maria Celina Soares D'Araújo (1982), aponta para a dificuldade de consolidação de um projeto em função da permanente instabilidade do período. Os motivos apontados como causadores da instabilidade são o histórico da aliança que conduziu Vargas ao governo em 1950. Outros motivos que tornaram inevitável a situação de permanente instabilidade política foram a baixa institucionalização dos partidos e a falta de opção de outro nome para ser apresentado nas eleições.

Nessa leitura o conjunto dessas três características levou o governo a tomar decisões baseadas no jogo político do momento, favorecendo ora um setor ora outro. Ora os exportadores, ora os industriais, ora os trabalhadores e assim por diante. O governo via-se obrigado a atender a um setor em detrimento de outro sem que isso fizesse parte de um projeto ou de uma estratégia previamente estabelecida. Daí advém a ambigüidade do segundo governo Vargas, pois não havia correlação de forças para alijar permanentemente algum setor, isso levava a que interesses contraditórios fossem atendidos. Segundo D'Araújo, o governo não dava as cartas, era refém das circunstâncias e por esse motivo jamais houve uma definição de projeto de governo:

"O ponto a ser destacado é que, em função da instabilidade das alianças e da ausência de compromissos mais sólidos as diferentes iniciativas são negociadas a partir de patamares estabelecidos circunstancialmente para

cada caso, chegando, em razão disso, a soluções entre si contraditórias."
(D'Araújo, 1982, p.15)

A apresentação da candidatura de Vargas foi precedida por uma série de tentativas de acordos entre os partidos, principalmente, os quatro maiores (PTB, PSD, UDN e PR), houve a cogitação de uma candidatura militar e de várias fórmulas que unificassem os principais colégios eleitorais do país. O arranjo político que formalizou a candidatura de Vargas seria, per se, uma fonte constante de instabilidade durante o governo.

No campo das relações internas ao governo a autora enfatiza que, de modo geral, a política era muito contraditória entre seus próprios membros. Não raro havia posições antagônicas entre, por exemplo, a Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda ou ainda entre o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura e o Ministro da Guerra Newton Estilac Leal a respeito do Acordo Militar Brasil-EUA²³. Todos os conflitos internos nasceram junto com o próprio governo e podem ser revelados através de sua própria composição. Dentre os quadros podem ser encontrados nacionalistas como Jesus Soares Pereira, membro destacado da Assessoria Econômica, e João Neves da Fontoura, sempre solícito aos interesses dos EUA.

A interpretação das duas fases do governo, segundo D'Araújo, é comumente assim classificada:

²³ O fornecimento de minérios estratégicos para os EUA era um dos pontos principais desse acordo. João Neves da Fontoura era favorável enquanto Estilac Leal se opunha. Este último reclama de ser alijado das negociações e, possivelmente, esse foi o principal fator de sua renúncia em março de 1952.

a) 1951-1953: política de conciliação com os conservadores, com a burguesia mercantil e o capital estrangeiro:

"Grosso modo, esse primeiro momento do governo estaria configurado por conflitos internos aos setores dominantes, pela aliança com os setores médios e por um acomodamento das massas frente ao governo". (D'Araújo, 1982, p.18)

b) 1953-1954: fase mais radicalizada devido ao aumento da mobilização dos trabalhadores. A resposta do governo é acentuar o caráter trabalhista e popular demonstrado pela ida de João Goulart para o Ministério do Trabalho. Em outubro de 1953 temos a Instrução 70 da Sumoc, contra a qual a burguesia mercantil reage considerando que este foi um golpe no setor exportador a favor da classe industrial. De maneira geral:

"O conflito intraburguês passa a um projeto secundário frente à ameaça do movimento de massas consentido e até mesmo incentivado pelo ministério do Trabalho". (D'Araújo, 1982, p.18)

Para a autora a divisão do período em duas partes é puramente formal o que não significa desprezar os fatos concretos do desenrolar do mandato. A crise de 1953 pode ser considerada como uma impossibilidade de conciliação, ou seja, uma agudização do quadro inicial. Teria havido, tão somente,

porém em proporção irreversível, o agravamento do fracasso da política de conciliação.

Para D'Araújo o novo ministério teria sido mais uma tentativa de composição com as forças políticas principalmente com a UDN que atrapalhava muito e ainda tramava um golpe militar. A autora discorda que esse novo ministério seria uma guinada para a esquerda. A indicação de João Goulart, em meio a eclosão de greves em São Paulo, não seria o bastante para separar em dois o período ministerial.

Interpretamos que todo o caminho percorrido pela autora carrega consigo a idéia de uma crise anunciada *ex- ante* o governo haver sido empossado. Dizemos isso considerando mais uma vez os três elementos que enumera: composição das forças que reconduzem Vargas ao poder, na baixa institucionalização dos partidos e a falta de opção de outro nome, todos elementos anteriores a própria atuação do governo. Rejeitar a idéia das duas fases é uma estratégia teórica necessária para que sejam buscadas as razões explicativas da crise do governo através dos elementos que pretende destacar. A interpretação de D'Araújo se mantém totalmente coerente com a defesa da instabilidade política do segundo governo Vargas através das alianças que o conduziu ao poder em 1950 como o fator primordial da crise durante o governo e de seu trágico desfecho.

Descartada a possibilidade de qualquer projeto, diante do quadro de instabilidade, a regra é o conflito entre os órgãos do governo mediado pela figura de Vargas. Dentre esses órgãos a Assessoria Econômica era um órgão importante do governo, responsável por projetos de grande monta, que permanentemente estava em rota de coalizão com o Ministério da Fazenda e com a CMBEU.

4. A percepção da Assessoria Econômica sobre o segundo governo Vargas

A Assessoria Econômica esteve sem dúvida em um local privilegiado para observar e interpretar o segundo governo Vargas também quanto aos seus aspectos mais gerais. Embora nenhum de seus membros tenha se dedicado à interpretação sistemática desse período, temos que vez ou outra, emitiram suas opiniões sobre o conjunto do segundo governo Vargas, inclusive sobre temas polêmicos na literatura mais recente sobre o período.

Na visão da Assessoria Econômica o tema se houve ou não um projeto no segundo governo Vargas toma um contorno especial, sobretudo quando temos em conta que a Assessoria Econômica é muitas vezes apontada como elaboradora desse projeto/plano. Sobre esse ponto encontramos as opiniões um pouco divergentes de Cleanto Leite, Ignácio Rangel e Rômulo Almeida.

Almeida localiza o compromisso com um projeto desde a campanha presidencial durante a qual Vargas teria se comprometido com a emancipação econômica e progresso social, trabalhismo e nacionalismo. Embora esses lemas não houvessem se transformado em um "plano", isso não teria ocorrido por motivos táticos:

"A idéia de plano existia, mas o nome de plano era vetado, porque estava ligado à personalidade de Getúlio e à tentativa que ele havia feito, durante o final do primeiro governo, de ter um plano; essa palavra tinha uma conotação política a que as forças adversárias

reagiam de uma maneira muito forte, de sorte que foi evitado; o que se procurou fazer foi tentar que se aproximasse do plano sem que o denominasse assim, ainda que para o futuro se pensasse em adotar esse nome e dar um pouco mais de sistematização ao conjunto das políticas econômicas".(ALMEIDA, 1990)

Esse "plano", segundo Rômulo Almeida teria passado sobretudo pela Assessoria Econômica responsável pelos grandes projetos de energia e uma série de outros cujos fins era o estabelecimento de bases profícuas para o desenvolvimento do capitalismo autônomo.

Almeida atribui a possibilidade de divisão em duas fases a certo impressionismo a partir dos discursos de Vargas. A suposta radicalização referida, sobretudo após 1953, acentuava cada vez mais um caráter nacionalista e antiimperialista:

"A princípio, realmente ele procurou manejar o seu discurso para não levantar onda, mas, desde o momento em que a onda foi levantada de fora para dentro, ele teve de responder ao discurso da demolição, a toda a conspiração que houve contra o seu governo ele teve de responder um discurso mais contundente, por isto é que pareceu haver duas fases diferentes. Mas, pelo que pude

perceber como participante do governo houve uma continuidade perfeita, a descontinuidade foi apenas a crise política de Vargas em 1954." (IDEM)

Para o autor dentre as mudanças, de fora para dentro, que influíram nos rumos do governo, a mais importante foi a vitória do republicano Eisenhower para a presidência dos EUA. A mudança de comando do governo dos EUA implicou no rompimento de acordos firmados pelo governo anterior com o governo brasileiro. O principal dentre os acordos firmados - e rompidos com a vitória de Eisenhower - foi o que ficou conhecido como Ponto IV onde os EUA se comprometiam a fornecer assistência técnica aos países periféricos.

A reforma ministerial de 1953, para Almeida, não pode ser vista como uma inflexão, mais do que nunca Vargas buscava consolidar a linha de governo através da substituição de Ministros que ouviriam mais a Washington que ao presidente: João Neves da Fontoura e Horácio Lafer. A entrada de João Goulart no Ministério do Trabalho também não pode representar uma virada na condução do governo. A missão do novo ministro era melhorar a relação de Vargas com os sindicatos, promovendo uma maior abertura necessária para que os sindicatos tivessem um grau um pouco maior de liberdade para reivindicar melhoria nos salários.

Outros dois membros da Assessoria Econômica, apesar de concordarem com a existência do projeto, não compartilham da visão de Almeida para o qual esse projeto existia antes do governo iniciar, pois já estava delineada na própria campanha presidencial.

Para Cleanto Leite:

"Eu não sei se ele (Getúlio Vargas) tinha um projeto (...) Tenho a impressão que esse projeto foi evoluindo gradualmente, à medida em que ele ia enfrentando os problemas e à medida em que ele ia sentindo a hostilidade de certos interesses contrariados." (LEITE, 1986, p.81)

Nessa visão o governo Vargas teve de ser cauteloso, pois não tinha uma definição completa dos interesses que se moviam na arena do Estado, ora recuando ora avançando, foi se delineando o projeto de governo cuja prioridade foi o setor de infra-estrutura.

Ignácio Rangel não discorda da prioridade dada ao binômio energia-transporte e assim como Leite considera que o projeto foi sendo elaborado ao longo do governo. A diferença que observamos é que para Leite o projeto ia sendo elaborado por Vargas enquanto para Rangel foi a Assessoria Econômica que elaborou tal projeto:

"Nós fomos elaborando esse projeto, não havia de antemão. Fomos elaborando, eu entrei e tenho consciência de que deixei minha marca lá dentro, nesse projeto, que depois encontraria uma tribuna no ISEB. Mas esse projeto foi elaborado ali dentro." (RANGEL, 1991, p.9)

O fato de não haver uma interpretação claramente comum entre os membros da Assessoria Econômica acerca do tema projeto não nos parece alarmante. De maneira geral

havia muito mais consenso que dissenso entre os membros da Assessoria Econômica. O que pode então explicar que quanto a um tema tão importante não encontramos grande consenso? Simples: não era essa uma questão contemporânea ao período. Ter tido ou não ter tido um projeto tem importância na atualidade; cada vez menos se trata de saber se Vargas tinha ou não um conjunto de propostas, muitas vezes como uma mera formalidade, e cada vez mais se trata de investigar se houve uma mudança no padrão de acumulação do capitalismo brasileiro e qual foi o sentido, os limites e as possibilidades dessa mudança.

Capítulo III

O Pensamento da Assessoria Econômica

1. Introdução

Após apresentarmos a Assessoria Econômica sob os seguintes aspectos: gênese, atividades e funcionamento e a discussão historiográfica do período trataremos agora de investigar outros aspectos.

Partiremos do seguinte questionamento: tinha a Assessoria Econômica um projeto para o Brasil? Consideramos que não é demasiado reafirmar que adotamos o pressuposto de que todas as decisões do governo cabiam ao presidente de modo que investigar se a Assessoria Econômica tinha ou não um projeto não significa necessariamente discutir seu grau de autonomia dentro do governo ou discutir o quanto a Assessoria Econômica era a linha do governo.

Ainda assim, quaisquer considerações que venham a ser feitas sobre a relação entre a Assessoria Econômica e a Presidência da República não são um impedimento para que investiguemos o que tinham em comum tais homens, de que tipo de pensamento estavam imbuídos esses técnicos que participaram ativamente do segundo governo Vargas. Constatar que a Assessoria Econômica estava subordinada ao presidente não se traduz em aniquilamento de qualquer tipo de pensamento próprio por parte da mesma.

Nossa ênfase recai, mormente, sobre as idéias em comum dos técnicos que compuseram a Assessoria Econômica, por isso os projetos elaborados coletivamente ganham importância como fonte privilegiada para compreendermos o pensamento desse pequeno grupo dentro do governo.

Em muitos momentos utilizamos o termo "técnico" para qualificar os membros da Assessoria enquanto especialistas. Utilizar a denominação de "técnico" não possui aqui um caráter restritivo. Os "novos técnicos", entre os quais esses que compuseram a Assessoria Econômica, foram uma novidade no aparelho de Estado, pois diferenciavam-se do antigo corpo de funcionários. O crescimento do aparelho de Estado com o surgimento de uma série de novos órgãos, institutos, etc., demandou quadros para as novas tarefas. Ianni (1965) apontou a diferença entre o novo tipo de funcionário e o tipo antigo dividindo-os em burocratas e técnicos. Os últimos agem segundo padrões que mais se aproximam de padrões científicos e da melhor adequação entre meios e fins, além de imprimir um caráter inovador à própria atuação. O autor também aponta que o profissional economista foi o grande representante deste novo tipo de funcionário. Consideramos que tais características: agir baseado em parâmetros científicos, adequar meios e fins da melhor maneira e buscar inovações, podem ser impressas ao conjunto do trabalho da Assessoria Econômica.

2. A Mensagem Presidencial de 1951

A Mensagem Presidencial de 1951 já foi mencionada ao longo desse trabalho em ao menos duas oportunidades. Uma delas foi ao longo da historiografia do segundo governo Vargas quando esse texto é tomado, principalmente por Draibe, como um texto de cunho programático e, portanto elemento que corrobora a tese de que havia um projeto claro de governo. A segunda vez foi quando enumeramos as tarefas da Assessoria Econômica e constatamos que a elaboração dessas mensagens

anuais era uma delas. De fato segundo Almeida, essa foi a primeira tarefa recebida pela Assessoria Econômica e para a qual:

"o presidente queria dar um caráter de uma mensagem programática, porque era sua primeira mensagem. Uma consolidação de seus pronunciamentos e uma definição mais rigorosa desses pronunciamentos políticos".(ALMEIDA, 1990, p.2)

Observamos que tal Mensagem de fato procurou abarcar a totalidade da realidade brasileira, lê-la fornece um panorama amplo dos avanços e desafios que tinha o Brasil naquele momento²⁴. Para os nossos objetivos priorizaremos a análise dos seguintes itens da Mensagem Presidencial de 1951: a) Produção, b) Desenvolvimento Econômico.

O item Produção, divide-se em vários subgrupos tais como: produção industrial e produção primária, produção animal, produção agrícola, produção florestal, produção mineral, indústrias de base e indústrias de bens de consumo. Chamam a atenção alguns elementos comuns nesse item, como a permanente defesa da ação do governo e a amplitude da mesma. Para a imensa maioria dos itens não há apenas diagnósticos, há, também, propostas a serem executadas pelo governo, foi comum observarmos as seguintes delas: melhorias nos transportes, incentivo para a colocação de produtos no mercado externo, medidas sanitárias, apoio técnico, armazenagem dentre outras.

²⁴ Para o índice dos assuntos tratados na Mensagem ver Anexo ao final do capítulo.

A relação entre o Estado e o setor privado não aparece delineada na maior parte dos itens, ficando implícita ou relegada de fato, a ênfase da Mensagem é, sem dúvida, na atuação governamental. Por outro lado, em diversos momentos, há elementos que apontam para a relação público/privado. Identificamos ao menos as seguintes relações:

1 - Os setores que exigem investimentos pesados necessitam de definição clara do governo a fim de proporcionar segurança para potenciais investidores privados. Um exemplo segue no trecho abaixo:

"A iniciativa particular, no campo das realizações metalúrgicas, sempre se mostrara tímida, diante da falta de uma orientação definida da Administração Pública"
(Mensagem, p.184).

No trecho acima fica claro que não se trata preferencialmente do ingresso direto do governo em atividades tais como a metalurgia, siderurgia, química básica, enfim, as indústrias de base no geral, mas sim que há uma preferencial tendência em oferecer estímulos ao setor privado para que realizem tais investimentos e em última instância o ingresso direto do governo no setor. Essa é a tônica que observamos na Mensagem.

2 - O setor privado de bens de consumo foi tema de elogios. Nesse ponto Vargas vislumbra uma atuação empresarial mais eficiente, porém ainda assim é necessária a participação do governo, em pontos específicos. Levando em consideração a

situação internacional e a fragilidade da posição da indústria brasileira temos que:

"não arrefeceu o ânimo dos industriais brasileiros que, não obstante a concorrência externa, mantiveram o ritmo de produção em quase todos os setores e empreenderam a renovação e ampliação dos equipamentos, grandemente desgastados pelo esforço de guerra. Contudo, a experiência demonstrou, então, que a indústria nacional não pode prescindir de uma sadia política de comércio exterior, tendente a pôr as empresas instaladas para produção de artigos essenciais a coberto de surpresas resultantes de liberalidades excessivas em relação à concorrência externa. A falta de proteção aduaneira e, mais que isso, a situação cambial exigem a instituição daquela política, que deverá ser seguida pelo menos enquanto não se achar devidamente consolidada a posição industrial do País em face das nações industrialmente desenvolvidas." (Mensagem, p. 191)

Se por um lado as dificuldades internacionais formaram alavanca essencial para o crescimento da indústria de bens e consumo por outro também apontou as restrições quando se trata de ampliação e renovação da indústria. Ainda assim, segundo constata a Mensagem, a indústria nacional de bens de capitais já podia atender parte da demanda interna.

Se questionada qual foi a política para a produção do segundo governo Vargas, a partir dessa Mensagem, poderíamos concluir que teve um caráter de forte presença governamental, inclusive direta se necessário. Reconheceu o setor privado, nos setores onde vinha revelando certa dinâmica, e eufemisticamente denominou tímido o capital que não ingressou em setores cujas exigências de investimento eram maiores, como a indústria de base.

As diretrizes propostas foram elaboradas a partir de um diagnóstico amplo que buscou abarcar todos os setores e chegou a detalhes em alguns casos. Não relegou a conjuntura internacional a um segundo plano, pois teve sempre em alta conta a política cambial e o comércio exterior como elementos para elaboração de propostas. Porém, se a pergunta for sobre qual foi a política de desenvolvimento econômico do segundo Vargas não são as questões ligadas a produção, observadas acima, que podem melhor respondê-la diretamente. No item da Mensagem, dedicado ao tema desenvolvimento econômico, são abordados os seguintes tópicos: recursos naturais, transportes e comunicação, energia, planos regionais e perspectivas de investimentos.

O setor de infra-estrutura, concluímos, está diretamente relacionado à compreensão de desenvolvimento econômico no segundo governo Vargas. Existe, porém uma mediação entre infra-estrutura e desenvolvimento econômico, a primeira é necessária para que não ocorra óbices à industrialização, causa imediata do desenvolvimento econômico. Em síntese, essa era a visão de desenvolvimento econômico expressa pelo segundo governo Vargas.

Pelo tom nacionalista mais incisivo, um dos temas tratados parece ter-se destacado dentre os presentes no item desenvolvimento econômico, trata-se do tema energia.

Não por coincidência foi o tema que mais concentrou os esforços da Assessoria Econômica; houve uma adequação de perfil entre as possibilidades para o desenvolvimento do setor e as características da Assessoria Econômica, sobretudo quanto ao nacionalismo e à necessária intervenção do Estado que era pensamento corrente entre seus membros quanto a setores estratégicos.

A intervenção do Estado no setor de energia elétrica é defendida cabalmente e a orientação é claramente nacionalista, como podemos observar no trecho abaixo que faz uma denúncia explícita da atuação das empresas estrangeiras presentes no setor desde o final do século XIX²⁵:

*"pois não se compreende a subordinação, a desígnios estranhos, de uma atividade da qual depende o nosso progresso industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do País e o próprio aparelhamento da defesa nacional." (Mensagem, p.219)
(grifo nosso)*

Para a magnitude dessa tarefa que envolve o progresso industrial e a defesa nacional não é chamado outro agente que não o governo para executá-la. Um dos argumentos para a atuação pública é o desinteresse privado tanto em investir quanto de reinvestir. A crítica à ausência de reinvestimentos é sem dúvida uma crítica direta à atuação das grandes empresas como a *Light* e a *American Foreign Power (Amforp)* que

²⁵ Para a crítica da atuação das empresas estrangeiras no setor de energia elétrica ver também: LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil. O setor elétrico no Brasil: das Origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. IPE-USP, São Paulo: 1984.

juntas à época produziam mais energia do que a quantidade total consumida na Argentina, mas ainda assim insuficiente:

"É uma característica da época atual o desinteresse do capital privado para serviços de utilidade pública" (Mensagem, p.220).

Portanto:

"É indispensável, por isto, que o Governo, assuma uma posição ativa em face do problema de criação de novos recursos de energia elétrica." (Mensagem, p.221)

As necessidades da produção e conseqüentemente do desenvolvimento nacional demandam energia elétrica, cuja fonte mais abundante logo mais barata é a de tipo hidráulico, através do aproveitamento dos rios brasileiros.

Quanto ao petróleo, ainda no mesmo ano de 1951, o governo enviaria ao Congresso Nacional o projeto de criação da Petrobrás. Apesar do curto espaço de tempo, entre o envio do projeto para a constituição da Petrobrás Assessoria da Presidência Congresso Nacional e a Mensagem, esta última não reflete nenhuma urgência no assunto, nem suscita com veemência a participação governamental como o caso da energia elétrica. O tema é tratado de maneira vaga, de modo que questões como a participação do capital estrangeiro sequer é mencionada. O trecho abaixo é representativo da maneira com que a Mensagem tratou o tema petróleo:

"O Governo não poupará esforços para alcançar, com presteza, a solução desse

problema, e para isso conjugará os esforços da iniciativa oficial e da iniciativa privada, confiando a empresa de um e de outro tipo as tarefas de industrialização e as de exploração desse combustível, sem prejuízo do princípio de que jazidas de petróleo constituem patrimônio nacional e deve ser monopólio estatal. (Mensagem, p.226)

A questão cambial é relevante na apresentação da problemática do petróleo, por isso a mensagem conclui que a prioridade é propiciar o quanto antes a criação e ampliação da capacidade de refino de óleo cru, aliviando o balanço de pagamentos da importação de óleo refinado.

Quanto ao setor privado, já atuante no setor, há crítica na morosidade da pesquisa de novas jazidas, setor que posteriormente se tornaria monopólio. Até a promulgação do Decreto que criou a Petrobrás participavam tanto a iniciativa pública quanto a privada para a pesquisa de novas jazidas, esta última criticada por ter recebido 67 autorizações de pesquisa e somente 9 estarem em andamento

A compreensão do tema Desenvolvimento no segundo governo Vargas inclui o item capital externo. Sem dúvida essa questão permeou incisivamente todas as realizações e planos do governo, apesar de não ser extensamente tratada na Mensagem. A Mensagem apresenta claramente a necessidade de estimular o ingresso de capital externo e demonstra preferência pelos seguintes critérios: preferência pela associação do capital forâneo com capitais nacionais e preferência pelo ingresso de capital externo público, pois os privados se encaminham para setores de rápido retorno que nem sempre coincidem com as

atividades fundamentais para países da área em desenvolvimento.

O encaminhamento dos projetos em energia elétrica e em petróleo, ao Congresso Nacional, tem velocidades distintas. Os projetos em energia elétrica só começaram a chegar ao Congresso em 1953 ao passo que para o petróleo em final de 1951 já estava apresentada a proposta de criação da Petrobrás.

O ritmo com que os projetos chegam ao Congresso nacional é inverso à tônica com que são tratados na Mensagem Presidencial. Um importante elemento que corrobora para o entendimento dessa distância entre discurso e o andamento dos projetos é o fato de que já havia interesses consolidados no setor de energia elétrica que se opunham aos planos do governo de atuar diretamente no setor e, quanto ao petróleo, não menos importante e nem menos estratégico, não havia interesses consolidados dessa mesma monta, diminuindo, de certa maneira, a resistência à atuação direta do governo.

3. Os projetos elaborados pela Assessoria Econômica

Os projetos elaborados pela Assessoria Econômica foram: Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Nordeste do Brasil, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Comissão Nacional de Política Agrária (CNPAA), CAPES, Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), Comissão Nacional de Bem Estar, CNPq, Plano Nacional do Babaçu, Planejamento para a indústria automobilística²⁶.

²⁶ Para esse elenco de projetos nos valem das entrevistas dos membros da Assessoria Econômica e D'ARAÚJO (1982).

Embora possamos observar uma diversidade de áreas de atuação, a ênfase dos trabalhos de fôlego da Assessoria Econômica esteve concentrada no tema energia²⁷, de modo que buscaremos nos projetos da Eletrobrás e da Petrobrás elementos comuns que possam nos ajudar a estabelecer bases para a compreensão das idéias e da maneira como a Assessoria concretizava, através dos projetos, essas idéias. Não é nosso objetivo descrever o processo de apreciação e votação dos projetos, já amplamente conhecidos, interessa-nos apenas a elaboração primeira da Assessoria, que nos dois casos sofreram alterações quando da aprovação final.

3.1 Petróleo

Conforme já assinalamos a marcha dos projetos nos setores de petróleo e energia elétrica tiveram velocidades inversamente proporcionais à ênfase contida na Mensagem Presidencial de 1951.

O tema energia elétrica, tratado de maneira loquaz, teve os primeiros projetos enviados ao Congresso Nacional apenas em 1953. Já o tema petróleo, tratado sem eloqüência, teve sua primeira aparição no Congresso Nacional ao final de 1951.

O ápice do tema petróleo foi, sem dúvida, a criação da Petrobrás, dado a mobilização nacional que causou para

²⁷ A ênfase dos trabalhos da Assessoria Econômica no campo energético muitas vezes se confundia com a própria razão da existência da Assessoria, ao menos às vezes era essa a percepção de Rômulo Almeida: "...a idéia do governo era fazer uma coisa de resolver os problemas fundamentais do país através da Assessoria, com orientação nacionalista. Então, ficou assentado que a Assessoria se voltaria para um programa amplo de energia: Petrobrás, eletricidade, depois carvão, energia florestal, e a parte de energia nuclear ficaria como uma coisa especial do Centro de Pesquisas Físicas, que era uma coisa ainda muito experimental. " (Almeida, 1988, p. 38)

espanto de muitos, inclusive da própria Assessoria Econômica que elaborou o projeto enviado ao Congresso.

A criação da Petrobrás foi a última etapa de uma série de projetos que apontavam para o problema do abastecimento do petróleo e seus derivados no país. A problemática não era novidade e o poder público, desde o primeiro período de governo de Getúlio Vargas, já vinha tomando providências. Vale ressaltar, portanto, quais as justificativas que fizeram a questão do Petróleo e mais precisamente a criação da Petrobrás um marco no país.

A relevância de diminuir a dependência do abastecimento é posta como condição para o desenvolvimento econômico e a segurança da Nação. A urgência em encaminhar soluções para a área é demonstrada através da pressão cambial²⁸ que o item exerce sobre o balanço de pagamentos e a baixa capacidade de refino interna já que as refinarias em funcionamento e as já concedidas não eram, em 1950, suficiente para industrializar nem 50% do petróleo necessário para o consumo nacional.

Ano	% sobre aquisições externas
1939	7,0
1946	7,6
1950	11,3
1951	13,0 (previsão)

Fonte: Mensagem ao Congresso Nacional, 08/12/1951.

As etapas da discussão no Congresso Nacional durante o segundo governo Vargas podem ser divididas em duas partes. Uma primeira referente ao Fundo Rodoviário Nacional e uma

²⁸ Em 1950 as importações brasileiras de petróleo atingiram a cifra de US\$ 125 milhões. Fonte: Mensagem ao Congresso Nacional, 6/12/1951.

segunda referente ao Programa do Petróleo Nacional e a Criação da Petrobrás.

A - Ampliação do Fundo Rodoviário Nacional. Este projeto foi enviado ao Congresso Nacional em 06 de dezembro de 1951. Tratava de atualizar os valores do Fundo Rodoviário Nacional oriundo do Imposto Único sobre combustíveis. Este imposto foi criado em 1937 na letra da Constituição e vinculado ao objetivo de expandir a rede rodoviária nacional.

O projeto propôs que 25% da receita do Fundo Rodoviário Nacional fosse destinada para o programa do petróleo sem que essa parcela causasse prejuízo sobre os planos rodoviários já que o Fundo teria seus valores atualizados e portanto acrescidos. O projeto foi aprovado.

B - Programa do Petróleo Nacional e a Criação da Petrobrás

Programa do Petróleo Nacional

O Programa do Petróleo Nacional foi um plano para o setor entre 1952-1956, concentrado na intensificação da pesquisa nas áreas potencialmente petrolíferas e avaliação as jazidas já descobertas. Foi enviado ao Congresso Nacional juntamente com a proposta de criação da Petrobrás em 8 de dezembro de 1951.

O Programa apresentava uma proposta de financiamento cujo total dos recursos foram estimados em Cr\$ 8 milhões a serem utilizados no período 1952-1956. Segue a proposta de origem dos recursos:

I - bens da União pertinentes a petróleo e incorporados ao capital;

II - receita federal sobre parte do imposto de combustíveis líquidos e sobre a importação e o consumo de automóveis;

III - indiretamente, através de taxaço sobre artigos de luxo;

IV - parte da parcela do imposto único de combustíveis que cabe aos Estados e Municípios;

V - tomada compulsória de títulos pelos proprietários de automóveis de afins;

VI - subscrição voluntária pelos particulares e entidades públicas.

Petrobrás

O grupo que elaborou o projeto original da Petrobrás foi formado por Rômulo Almeida, Ottolmy Strauch, Jaci Miranda, Ignácio Rangel e Jesus Soares Pereira²⁹. Outras pessoas foram eventualmente consultadas, mas não tiveram acesso integral ao projeto, elaborado pela Assessoria Econômica, sob a supervisão direta de Getúlio Vargas³⁰.

A Petrobrás, segundo Assessoria Econômica, seria o instrumento adequado para a gestão dos recursos. Segundo a proposta original tratava-se de uma estrutura administrativa

²⁹ Dentre a equipe responsável destacamos a atuação de Jesus Soares Pereira, membro mais diretamente ligado às questões sobre energia dentro da Assessoria Econômica. A ligação de Jesus Soares Pereira com o tema petróleo data de 1938 quando foi constituído o CNP (Conselho Nacional do Petróleo), nessa ocasião Jesus Soares Pereira atuou como Secretário sobre a direção do General Horta Barbosa.

³⁰ Segue no anexo a proposta original da Assessoria Econômica para a criação da Petrobrás.

com características flexíveis, porém que resguardasse o controle nacional.

O Conselho Nacional de Petróleo, criado em 1938, órgão máximo para os assuntos de Petróleo viria a dividir tarefas com a Petrobrás. Continuaria responsável pela política de petróleo no país enquanto a Petrobrás teria a finalidade de executar as atividades industriais, a pesquisa e perfuração.

A proposta era criar uma estrutura de empresa holding onde a matriz teria 51% do capital votante e os 49% restantes seguiriam uma forma de distribuição que evitasse a concentração das ações em mãos de privados nacionais, também previa a participação do grande público adquirindo ações. As subsidiárias relacionadas aos setores estratégicos da *holding*, das quais o Estado não abriria mão, a saber: exploração, produção, refino e transporte básico, seguiriam a mesma estrutura acionária da matriz. A participação de capital estrangeiro era vetada em qualquer ponto da *holding*.

A proposta de criação da empresa pela Assessoria Econômica foi precedida de estudos onde outras opções foram cogitadas entre a equipe responsável. Tendo em conta que a questão de fundo era a participação do capital estrangeiro no setor de petróleo a Assessoria Econômica considerou que qualquer outra alternativa que necessitasse passar por alguma Reforma Constitucional não era viável dada a correlação de forças no Congresso Nacional onde Getúlio Vargas não detinha uma clara maioria.

A proposta de criação da empresa, segundo avaliação da Assessoria Econômica:

"deixava de lado a discussão em torno da proibição de capital estrangeiro na indústria petrolífera e saía pra criar uma empresa em

que o capital estrangeiro não estivesse presente ou estivesse de maneira tão diminuta que não causasse moça." (Jesus Soares Pereira in LIMA, 1975, p. 90).

A exclusividade jurídica ou o monopólio não fora previsto na criação da empresa. Dois foram os motivos básicos elencados pela Assessoria Econômica:

"uma razão política interna, porque o projeto tinha que vencer uma maioria do Congresso; que era uma maioria conservadora, e uma razão política externa, que era a seguinte: o monopólio, a menção explícita ao monopólio poderia prejudicar o objetivo de fazer um acordo com a Bolívia e com o Peru para a exploração do petróleo nesses dois países para benefício do país(...) mas estabelecemos um sistema que era um monopólio virtual. Por que? Porque a Petrobrás tinha a concessão de todo o território brasileiro, entendeu? E a legislação vigente, que era a legislação nacionalista de 38, estabelecia que(...) só podiam ser concessionários de qualquer coisa em torno de petróleo pessoas físicas brasileiras ou pessoas jurídicas brasileiras sob controle de pessoas físicas brasileiras. Mas sobretudo por esse fato, de que, pelo projeto primitivo, todo o território nacional era dado em concessão pela (sic) Petrobrás."
(ALMEIDA, 1988)

O modelo permitiria, conforme projeções da Assessoria Econômica, promover o estímulo às áreas consideradas não-básicas, como sondas, por exemplo, através da entrada da Petrobrás em associação com empresas privadas nacionais e com a obrigatoriedade de deter 51% do controle acionário dessas subsidiárias. Com isso acreditavam poder promover o desenvolvimento de setores relacionados, direta ou indiretamente, ao Petróleo³¹ a despeito da falta de vocação para assumir riscos dos empresários nacionais.

O fato de não prever o monopólio, na compreensão da Assessoria Econômica, não feria o caráter nacionalista do projeto, pois compreendiam que apesar deste não existir *de jure* existia *de fato*. O Código de Minas de 1934 limitava as áreas concedidas para pesquisas de forma que tornava desinteressante para os capitais privados fossem nacionais ou estrangeiros.

A campanha em torno do Petróleo já se desenvolvia desde 1947, ainda durante a gestão Dutra. A questão que moviam as razões e as paixões era acerca da participação do capital estrangeiro nesse setor. O petróleo e seus derivados estavam incutidos na consciência nacional como uma questão de segurança e soberania. (CONH, 1968).

A Assessoria Econômica teve em boa conta os posicionamentos extremos entre a participação de capital externo e o veto ao mesmo durante a elaboração do projeto. Daí considerar que apesar de o monopólio estatal não estar explícito a questão estava implícita e resguardada pela legislação nacionalista anterior (Código de Minas de 1934 e a

³¹ Em suma "... a Petrobrás seria uma holding. Uma holding para funcionar muito flexivelmente, através de empresas subsidiárias de caráter setorial e de caráter regional, conforme as conveniências pragmáticas" (ALMEIDA, 1988)

Constituição de 1937), esperavam que os setores nacionalistas do Congresso Nacional e da opinião pública tivessem a mesma compreensão.

É sabido que o projeto foi atacado tanto pelos comunistas quanto pelos liberais. O motivo foi justamente a consideração que o projeto não previa o monopólio estatal e por ser considerado frouxo quanto as condições de veto ao capital externo.

A Assessoria Econômica continuava a defender a sua proposta através da tentativa de convencimento das vantagens que a estrutura proposta oferecia. Essa estrutura proporcionaria a criação de subsidiárias para agir em campos específicos de atividades. Dessa forma era pretendida uma maior maleabilidade para atuar inclusive em setores como a indústria de equipamentos, sem abrir mão da soberania nacional no setor.

O vulto nacionalista que tomou a Campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo surpreendeu também a Assessoria Econômica que se reivindicava nacionalista. Ainda que estivesse dito que não haveria participação estrangeira no negócio do petróleo havia uma desconfiança geral que o projeto não resguardava bem esse princípio. O texto que acompanhava o projeto ao Congresso Nacional, elaborado por Jesus Soares Pereira sob a supervisão de Vargas³², dizia:

"O Governo e o povo brasileiros desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do País, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência

³² LIMA, Medeiros, 1975.

*monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre povos e entre governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacionais.*³³"

O vulto nacionalista que tomou a Campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo surpreendeu também a Assessoria Econômica que se reivindicava nacionalista. Ainda que estivesse dito que não haveria participação estrangeira no negócio do petróleo havia uma desconfiança geral que o projeto não resguardava bem esse princípio. O texto que acompanhava o projeto ao Congresso Nacional, elaborado por Jesus Soares Pereira sob a supervisão de Vargas³⁴, dizia:

*"O Governo e o povo brasileiros desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do País, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre povos e entre governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacionais.*³⁵"

³³ VARGAS, Getúlio. 1969, p. 85

³⁴ LIMA, Medeiros, 1975.

³⁵ VARGAS, Getúlio. 1969, p. 85

C - A aprovação do projeto Petrobrás. A aprovação demandou longos meses de discussão e intensa mobilização nacional, tendo sido aprovada apenas em 3 de outubro de 1953 a Lei 2.004 que dispunha sobre a criação da Petrobrás.

A grande diferença entre o projeto apresentado e o projeto aprovado foi a questão do monopólio, os demais itens contemplaram na quase totalidade a proposta original da Assessoria Econômica, itens importantes como a divisão acionária e a composição da direção da empresa foram mantidos. Os esforços da Assessoria Econômica foram largamente contemplados na estrutura final do projeto.

Segundo Jesus Soares Pereira, o drama do Congresso Nacional ter optado pelo monopólio foi entregar totalmente setores afins para o capital externo como foi o caso da indústria de equipamentos, já que a estrutura enrijecida da empresa não possibilitava a participação em setores relacionados ao petróleo que não fossem os previstos na lei e na forma de monopólio (LIMA, 1975).

A inclusão do monopólio resultou no primeiro capítulo da lei que reproduzimos abaixo (COHN, 1968):

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outro hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio e condutos, de petróleo bruto e assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art. 2º - A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I - por meio do Conselho Nacional de Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II - por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiros S.A e das suas subsidiária, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução

3.2 Energia Elétrica

Na Mensagem Presidencial de 1951 já estava delineada, em linhas gerais, as diretrizes para o setor. A necessidade de crescimento da oferta, à frente da demanda, em todo o território nacional era condição essencial da industrialização e do aumento da qualidade de vida dos cerca de 51 milhões de brasileiros. Muitos sequer conheciam os benefícios e o conforto desse item basilar de uma sociedade rumo à intensa industrialização.

Ainda no início do segundo governo Vargas podia-se dizer que estávamos na civilização da lenha já que 80% da energia utilizada era proveniente de fonte vegetal. (Mensagem Presidencial, 1951).

O sistema vigente era formado por grandes empresas concessionárias multinacionais que operavam no Brasil desde o final do século XIX (Light e Amforp com especial relevância) que operavam nas regiões mais desenvolvidas. Parte do interior do país e da periferia das grandes regiões eram servidas por pequenas empresas de diversos tipos: privadas nacionais ou pertencente aos municípios e estados.

A partir do diagnóstico da situação energética e em particular para o suprimento de energia elétrica a Assessoria Econômica recomendava fortemente a intervenção estatal, através dos seguintes argumentos:

a) Havia carência de energia elétrica em todo o território nacional. Entre os anos de 1951 e 1952, como atestam as Mensagens Presidenciais de 1952 e 1953, houve racionamento. As carências mais sentidas localizavam-se nos maiores centros industriais, tendo tido reflexos negativos na produção industrial.

b) Necessidade de crescimento da oferta de energia elétrica para além da demanda preexistente a fim de prever aumento da utilização futura e manter as tarifas baixas. O item tarifa sempre fora objeto de controvérsia entre o governo e as empresas concessionárias, estas reclamavam que ao serem negados os aumentos de tarifa por parte do governo os novos investimentos ficavam inviabilizados.

O primeiro governo Vargas volta a tona em sua influência nacionalista, através do Código de Águas e das duras batalhas quando o assunto é tarifa:

"Dessas novas condições [mudanças pós crise de 1929] decorreu a possibilidade prática da aplicação do princípio da nacionalização progressiva firmado pelo Código de Águas. Tal política deve ser realizada pelo sistema de concessão a prazo limitado e amortização obrigatória do investimento, adotando-se para isso o regime de tarifas flexíveis e contabilidade fiscalizada" (Mensagem Presidencial de 1951, p.219)

Não obstante a resistêcia das empresas concessionárias com relação ao Código de Águas houve acréscimo de 125% na potência instalada tendo em 1950 sido atingida a marca de 1.860.000 Kw.

O regime de concessões vigente no setor privado e defendido no Código de Águas de 1934 foi considerado ultrapassado pela Assessoria Econômica, ainda que em linhas gerais o Código de Águas era reivindicado, pois atribuía à União a concessão e a fiscalização das empresas e, fundamentalmente, porque o Código declarava os rios e as

quedas d'água patrimônio da União e não de particulares em hipótese alguma ainda que os rios e as quedas estivessem localizados em propriedades particulares.

Tais concessões por prazo determinado apresentavam problemas graves como a inexistência de aumento de investimentos quando se aproximava o término do prazo de concessão, já que esses investimentos não poderiam ser amortizados. Se a demanda se apresentasse estável não haveria problemas o fato é que na realidade ocorria o inverso, a demanda era crescente e as empresas não promoviam novos investimentos. Pelo lado do governo a saída era aumentar o prazo da concessão, porém essa medida apenas postergava e não resolvia a questão.

Estava claro para a Assessoria Econômica que a resolução da questão do suprimento de energia elétrica demandaria uma estratégia bem definida e coerente com as linhas gerais delineadas na Mensagem Presidencial de 1951.

A partir da extração de lições do trâmite, já findo, para a aprovação da Petrobrás, a Assessoria Econômica dividiu em quatro partes a resolução da questão de energia elétrica. O objetivo era acelerar a aprovação de propostas menos polêmicas enquanto tramitavam as mais polêmicas sem que toda a estratégia fosse paralisada. Segue abaixo as quatro etapas apresentadas.

A - Criação do Imposto único sob Energia Elétrica (IUEE). Foi apresentado ao Congresso Nacional em 25 de maio de 1953, e sancionado por Café Filho poucos dias depois do suicídio de Getúlio Vargas. Tratava-se de regulamentar um dispositivo constitucional da Carta de 1937 que previa a instituição de imposto sobre energia elétrica a ser pago

pelos consumidores. O projeto da Assessoria Econômica buscou vincular diretamente a regulamentação desse imposto à constituição do capital das empresas públicas que investissem no setor.

B - Constituição do Fundo Federal de Eletrificação (FFE). O FFE era vinculado ao Imposto Único sobre Energia Elétrica e dizia respeito ao seu rateio. Esse projeto foi polêmico, tendo sido aprovado com bastantes modificações apenas no governo Juscelino Kubitschek. As modificações com relação a proposta original da Assessoria Econômica foram consideráveis no tocante à própria natureza da proposta:

Rateio para o FFE proposto pela Assessoria Econômica	
1%	produção de eletricidade
4%	superfície
45%	consumo de eletricidade
50%	população
Rateio do FFE aprovado durante o governo Juscelino Kubitschek	
50%	Estados e DF
40%	União
10%	Municípios

A proposta inicial da Assessoria Econômica visava explicitamente:

"proporcionar recursos às regiões mais retardadas. Assim é que as regiões do país que se haviam desenvolvido receberiam deliberadamente uma parcela menor do imposto em relação ao que lhe caberia num rateio apenas proporcional à energia consumidas

nessas áreas." (Jesus Soares Pereira in LIMA, 1975)

A administração do FFE coube ao BNDE criado por sugestão da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) para administrar a parte em moeda nacional referente ao Plano de Reparcelamento Econômico proposto durante o segundo governo Vargas. O aumento da potência instalada de energia elétrica também foi objeto de estudo da CMBEU porém sob uma perspectiva diferente da Assessoria Econômica. A perspectiva da CMBEU era primordialmente beneficiar as empresas de capital estrangeiro já em operação no país, estratégia frontalmente contrária à expressa pelo presidente da República através da Assessoria Econômica. Em comum, sobre o tema energia elétrica, havia a compreensão da necessidade de criação de um Banco com finalidade específica de administrar recursos para este fim³⁶.

C - Plano Nacional de Eletrificação (PNE). O PNE foi encaminhado ao Congresso Nacional em 10 de abril de 1954 quando ainda não haviam sido aprovados nenhum dos projetos anteriores. Apenas estava adiantado o primeiro projeto de constituição do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

O documento menciona a adoção de uma "nova política oficial" para o suprimento de energia elétrica no país. Os objetivos expostos foram:

³⁶ Para uma análise da atuação da CMBEU no setor de energia elétrica ver BATTOCHIO, Carolina Rosa. *Energia Elétrica no Brasil: Diplomacia Brasil-Estados Unidos e transição da propriedade privada para a propriedade pública (1951-1954)*. Monografia, Unicamp/IE, 2005.

I - estabelecer normas que assegurem continuidade à ação do Poder Público na execução dos empreendimentos relacionados à energia elétrica com vistas ao longo prazo.

II - unificação das freqüências de ciclagem

III - padronização dos materiais e instalações necessárias à indústria elétrica

IV - criação de uma indústria pesada de material elétrico.

O Plano subdivide-se em dois grandes conjuntos de projetos: uma primeira etapa a ser suprida pelo FFE e outra que depende da colaboração que possa vir a ser estabelecida entre União, Estados e Municípios.

A potência instalada prevista para 1964 é de 8,5 milhões de Kw - no momento da apresentação do plano a potência instalada era de 2,5 milhões de Kw para o quê estima-se gastos de Cr\$ 14.514.000.000,00 para a primeira etapa e Cr\$ 12.915.600.000,00.

Para cumprir os objetivos do Plano a questão cambial assume importância já que a maior parte do material necessário era importada. A crise cambial de 1953 refletiu-se fortemente, e aliada ao brio nacionalista da equipe da Assessoria Econômica que considera chave o setor energético o suprimento de materiais não pode estar submetido à desígnios estrangeiros. Ainda era recente a lembrança do sufocamento das importações durante a II Guerra Mundial e a melhor saída vislumbrada para evitar problemas semelhantes era a criação de uma indústria nacional de equipamento elétrico de forma que assim fossem contempladas soluções tanto para a questão cambial quanto a necessária criação de novos setores a fim de completar-se a industrialização no Brasil.

Os gastos para a implantação dessa indústria para o decênio foram estimados em US\$ 500 milhões previstos no PNE.

A expectativa era de que a indústria privada nacional se interessasse por participar do setor caso isso não ocorresse o "Plano prevê recursos para a implantação da indústria, mesmo que sob a exclusiva responsabilidade de entidade estatal" (Plano Nacional de Eletrificação, p. 423)

Para coordenar o Plano foi proposta uma Comissão Executiva do Plano, subordinada diretamente à Presidência da República e que prevê uma Diretoria e um Conselho Consultivo onde estariam representados os Estados e a União.

O Plano sofreu duras críticas. Dentre as quais a de Lucas Lopes, futuro presidente do BNDE, instituição responsável pela administração do FFE. Este por sua vez era técnico experimentado no setor elétrico devido sua atuação na CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) durante o período de Juscelino Kubitschek à frente do governo do Estado de Minas Gerais. Do ponto de vista técnico Lucas Lopes afirmou³⁷:

"Em resumo, havia uma quantidade enorme de pequenas usinas que eram lançadas no mapa sem qualquer pesquisa de campo, sem qualquer realismo político. Era um plano que não tinha sentido algum como base para um programa de desenvolvimento. Poderia ser publicado para ser abandonado no dia seguinte. A nossa tese

³⁷ Lucas Lopes também criticou outros aspectos do Plano como a forte centralização proposta através da Comissão Executiva. Também acusou o plano de fisiologista por prever inúmeras usinas na Bahia, nesse item atribuí essa programação à influência de Rômulo Almeida. Ver LOPES, Lucas. *Memórias do Desenvolvimento: Lucas Lopes - depoimento*. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade. C.M.B.E, Rio de Janeiro, 1991.

era diferente: é preciso fazer um plano de eletrificação que seja revisto constantemente. Não há necessidade de se fazer um plano rígido, há necessidade de programas periódicos com recursos alocados"
(LOPES,1991,p. 155/156)

O PNE não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Esse fato não o teria aniquilado como defende Jesus Soares Pereira pois ainda assim teria cumprido um papel importante de orientar a ação estatal a partir dos estudos e das propostas encaminhadas³⁸.

D - Criação da Eletrobrás. A proposta de criação da Eletrobrás foi enviada ao Congresso Nacional junto com o PNE em 10 de abril de 1954, tendo sido aprovada com modificações em relação ao projeto original apenas em 1961 durante o governo João Goulart. Dentro da proposta desse texto nos ateremos ao projeto tal qual elaborado pela Assessoria.

Tratava-se da criação de uma empresa holding de economia mista onde a União detém 51% das ações ordinárias mas que ao mesmo tempo tivesse bastante flexibilidade para operar seja com empresas estaduais ou municipais ou ainda juntamente com empresas privadas.

A Assessoria Econômica partiu do reconhecimento que era necessário uma estrutura administrativa com características operacionais de empresa privada para gerir as questões

³⁸ "E os sistemas de geração de energia elétrica no Brasil, ao terminar o decênio, estavam com cerca de 4 milhões e meio de quilowatts instalados. O plano assentava de tal forma na realidade, levava em conta de maneira tão objetiva as necessidades do país nesse campo de atividade que, mesmo não tendo sido aprovado, constitui-se numa espécie de guia para a máquinas administrativa (...)" (Jesus Soares Pereira in LIMA, 1975)

ligadas a energia elétrica no país, entretanto sem que de forma alguma fosse necessário abrir mão dos interesses nacionais no setor.

O próprio PNE já mencionava a necessidade de criação de uma empresa de economia mista para o setor, ainda assim o mesmo PNE propôs a criação de uma Comissão Executiva para coordenar o Plano. Ao que parece essa foi uma medida preventiva caso a Eletrobrás tivesse um trâmite legal demorado, essa prevenção caiu em desuso pois sequer o PNE foi aprovado.

A morosidade na aprovação da Eletrobrás pode ser atribuída a resistência oferecida pelas empresas estrangeiras no setor (*Light* e *Amforp*), pelas empresas estaduais de energia elétrica e também por setores importantes dentro do governo como, por exemplo, o então Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha durante o segundo governo Vargas³⁹. No caso do Petróleo não haviam interesses já preestabelecidos, já no caso do setor elétrico havia um lobby poderoso e atuante junto ao Estado.

O projeto que criava a Eletrobrás tinha confessa inspiração nacionalista do ponto de vista de que os desígnios do setor atendessem ao interesse nacional. Mas tinha limites, pois não se propunha estatização do setor e sequer propunha a encampação das empresas que já operavam a distribuição de energia:

"a orientação da política foi evitar encampar essas empresas. Porque era uma mágica besta, quer dizer, você ia

³⁹ Para o debate sobre a resistência à Eletrobrás ver o depoimento de Jesus Soares Pereira em LIMA, 1975 e BATTOCHIO, 2005.

comprar ativos e não fazer investimento novo (...) a idéia (...)era fazer com que o Estado brasileiro, o país, aumentasse o capital da Light com ações suas." (ALMEIDA, 1988, p. 41)

Jesus Soares Pereira continuou ativo no debate sobre energia elétrica mesmo após o fim da Assessoria Econômica como demonstra sua participação em inúmeros eventos para debater questões do setor além de artigos na imprensa e em Revistas especializadas.

4. Petrobrás e Eletrobrás: dois projetos e uma mesma concepção

Perscrutar o pensamento da Assessoria Econômica através dos projetos trás o benefício de nos defrontarmos diretamente com o que esse grupo tinha em comum. Sobre a escolha desses dois projetos também recaiu a magnitude dos mesmos para a industrialização e o desenvolvimento do setor de infraestrutura no Brasil.

As similaridades entre ambos são intensas e permite-nos vislumbrar em comum uma proposta de articulação entre empresa pública/ capital privado nacional/ capital externo.

O centro dinâmico dessa articulação cabe à empresa pública, nos caso dos projetos originais da Assessoria Econômica caberia a empresas organizadas na forma de holding onde o poder público detém 51% das ações ordinárias.

As subsidiárias da holding, conforme conveniência, poderiam se associar ao capital privado nacional, tanto no

caso da Petrobras quando no caso da Eletrobrás, sem que o poder público abrisse mão da participação de 51%. Essa medida visava estimular o setor privado nacional oferecendo diminuição de riscos e novos setores de investimentos, assim concretamente a empresa pública trabalha como apoio para o desenvolvimento do setor privado. Para energia elétrica e petróleo havia preocupação com o fornecimento de equipamentos. O sentido nacional do empreendimento ficava incompleto se todos equipamentos necessários fossem importados, além da forte pressão cambial que seria exercida.

Jesus Soares Pereira acusou fortemente os defensores do monopólio estatal de entregar a indústria de equipamentos de petróleo e de energia elétrica para o capital estrangeiro. A partir da estrutura monolítica e pouco flexível aprovada para a criação da empresa o seu campo de ação foi diminuído, houve a necessidade de concentrar-se inicialmente apenas nos setores básicos da indústria de petróleo. (LIMA, 1975).

A reserva quanto ao capital externo, aqui, não está em contradição com a possibilidade do mesmo coexistir ao lado do capital privado nacional e da empresa pública, e sim revela uma preocupação da Assessoria Econômica quanto ao desempenho do balanço de pagamentos e uma preferência pela estratégia de desenvolver o setor privado nacional em primeira instância.

As justificativas nacionalistas fortemente presentes tanto para o empreendimento do petróleo quanto para o empreendimento em energia elétrica não passavam por um ataque ao capital estrangeiro, mas sim pela reserva de alguns setores onde se considerava prioritário a participação estatal e de capitais privados nacional, seja pela experiência mundial no caso do petróleo ou pela incompetência já demonstrada de operar ao nível do interesse nacional no caso da energia elétrica.

Desse modo podemos apontar que o conjunto de idéias da Assessoria Econômica constitui de fato um projeto para o Brasil no sentido em que mais que projetos pontuais propõe formas de articulação entre capitais com uma visão estratégica para o capitalismo no Brasil.

5. O nacionalismo da Assessoria Econômica

Vimos que o nacionalismo foi um critério importante para a montagem da Assessoria Econômica aliado à competência técnica, porém até esse momento ainda não definimos qual o conteúdo que podemos atribuir ao termo.

A Assessoria Econômica usualmente aparece na literatura como o órgão dentro do governo que alojava as idéias nacionalistas e seus projetos conseqüentemente eram tidos como de "cunho nacionalista". Nessa parte do trabalho que trataremos de dois dos projetos da Assessoria Econômica no setor de energia (Eletrobrás e Petrobrás) consideramos fundamental nos aproximarmos desse tema.

Tema que é um tanto espinhoso, sobretudo quando remetido ao contexto do período, afinal todos se consideravam nacionalistas, mesmo Roberto Campos que ainda não tinha dado sua guinada à direita:

"Todos nos considerávamos, como eu costumava dizer, nacionalistas de fins, porém não necessariamente de meios. A fórmula ideal que eu costumava pregar, era o nacionalismo de fins, o internacionalismo de meios e o supra-nacionalismo de mercado." (CAMPOS, 1994).

Embora todos reivindicassem a bandeira nacionalista as diferenças de conteúdo apareciam, principalmente, quando se tratava da participação do capital externo em setores considerados estratégicos como energia elétrica e petróleo. As diferenças também apareciam quanto aos "meios" e os "fins"⁴⁰ que não eram os mesmos para todos os setores do governo, havia diferenças quanto à finalidade do nacionalismo e quanto aos meios para tal.

Outra questão que se coloca aqui é se tratamos do nacionalismo da Assessoria Econômica ou do nacionalismo de Getúlio Vargas? Para esse questionamento temos a seguinte compreensão: se a Assessoria Econômica era subordinada ao governo, teve seu chefe escolhido pelo presidente da República e todos os membros foram submetidos à aprovação presidencial, não há motivos para tratarmos de dois nacionalismos ou atribuir o nacionalismo a Vargas ou a Assessoria Econômica, pois havia uma ampla coincidência entre o pensamento do presidente e a Assessoria Econômica. Por exemplo: desde seu primeiro período frente ao país Getúlio Vargas não se opôs ao capital estrangeiro assim como a Assessoria Econômica também não se opunha, ainda tanto a biografia do presidente como a dos membros que vieram a participar da Assessoria Econômica atestam que haveria certas preferências para o uso desse capital e quando necessário deveria ser impostas certas restrições⁴¹

A peculiaridade desse nacionalismo como aponta Ianni (1965) é não romper com o imperialismo. Assumindo uma

⁴⁰ Quanto a compreensão do nacionalismo enquanto meio para atingir determinados fins é importante ver Jaguaribe (1958). O autor pertenceu aos quadros do que denominamos Assessoria Ampla.

⁴¹ Dutra (1984) faz uma série de referências sobre a compreensão de Vargas quanto ao papel do capital estrangeiro no seu primeiro período de governo (1930-1945). Quanto à compreensão dos membros da Assessoria Econômica sobre o capital estrangeiro ainda antes de participarem do segundo governo Vargas temos Pereira (1988).

especificidade que se liga à industrialização e um campo de ação reduzido. Muitas vezes os reclamos de Vargas contra o capital externo era por sua ausência e não por sua presença, as nações mais desenvolvidas deveriam mover mais capital para os países em fase de industrialização e não menos capital como pode sugerir o termo nacionalista. Como expõe Fonseca (1987, p.420): "O paradoxo do discurso residia em denunciar o imperialismo pela falta de capital estrangeiro".

No contexto dos anos 1951-1954 o conteúdo do termo nacionalista esteve umbilicalmente associado a industrialização, ser nacionalista era trabalhar em prol da industrialização pois dela adviria a verdadeira independência do Brasil com relação ao exterior⁴². Esse conteúdo vinha sendo reivindicado por Getulio Vargas desde seu primeiro período frente ao país entre os anos 1930-1945.

Outra característica dessa consciência nacionalista era o controle dos recursos naturais, sobretudo, em tempos de eminência de uma Terceira Guerra Mundial como esteve a beira de se transformar a Guerra da Coréia.

Nacionalismo, industrialização, autonomia e independência estiveram ligados indissolavelmente nos discursos de Vargas, nas Mensagens Presidenciais e porque não, nos projetos elaborados pela Assessoria Econômica já que vimos defendendo que não há diferença de conteúdo quanto ao nacionalismo da Assessoria Econômica e de Getúlio Vargas.

O conteúdo que a Assessoria Econômica atribuía ao próprio nacionalismo esteve traduzido nos projetos elaborados por ela, aqui em nosso trabalho com ênfase para o setor

⁴² "Autonomia e independência econômica significavam industrialização, ou seja, desenvolvimento das forças produtivas capitalistas inserido em nova divisão internacional do trabalho que não condenasse o país a perpetuamente exportar matérias-primas e importar produtos industrializados" (FONSECA,1987,p. 424)

energético, e pode ser bem representado através da declaração de Rômulo Almeida que segue:

"Nosso ponto de partida era de que só seria nacionalista o esquema que fosse efetivamente capaz de enfrentar o gigantesco problema e assim habilitasse o país a reduzir quando não superar, a dependência nesse subsetor energético"
(ALMEIDA in LIMA, 1975)

O critério fundamental era funcionar. Era nacionalista O arranjo entre empresa pública, capital estrangeiro e capital privado nacional que funcionasse visando à industrialização, a manutenção do controle interno de recursos estratégicos e que não fosse oneroso para o balanço de pagamentos. O nacionalismo da Assessoria Econômica não a levava a fazer oposição sistemática ou de princípios ao capital externo.

O tripé entre empresa pública, capital privado nacional e capital externo (público ou privado) não era regra para elaboração de projetos. Cada caso era estudado levando em conta sua especificidade, como veremos em seguida através dos projetos.

6 . A Revolução Burguesa e a Assessoria Econômica

A Assessoria Econômica, através de sua atividade, participou - ainda que não estivessem cômicos já que esse benefício, quase sempre, somente o passar do tempo

proporciona - de uma disputa de rumos, de projetos propriamente ditos para as transformações capitalistas em curso.

A idéia de desenvolvimento capitalista da Assessoria Econômica, de uma maneira mais geral que aquela observada na Mensagem Programática, onde a ênfase está no setor de infraestrutura, é focalizada no desenvolvimento das forças produtivas através da industrialização. O aumento do bem-estar da população está diretamente ligado à industrialização tal qual concebido pela corrente desenvolvimentista⁴³ do pensamento econômico brasileiro.

O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas enquanto possibilidade foi analisado por Ignácio Rangel, segundo o qual a economia brasileira não é um todo homogêneo, nela distinguem-se três formações superpostas: "uma viagem pelo Brasil é como uma viagem através dos tempos" (RANGEL, 1957b, p. 36). As três formações que se sobrepõe, duas a duas, são:

1ª) economia natural - produção para o consumo;

2ª) economia de mercado - capitalismo mercantil assemelhado à Europa em fins do século XIX;

3ª) economia capitalista de monopólio - as economias capitalistas mais desenvolvidas.

O mecanismo de interação dessas formações, que Rangel também denomina "estratas", é o mecanismo do desenvolvimento econômico que opera da seguinte maneira: a segunda estrutura

⁴³ A corrente desenvolvimentista, analisada por Bielschowsky compreende 4 características: a) industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, b) necessidade de planejamento da industrialização pelo Estado, c) planejamento define a expansão dos setores econômicos e como fazê-lo, d) o Estado deve investir diretamente onde houver ausência de interesse da iniciativa privada. Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

(formação ou estrata) age sobre a primeira respondendo aos estímulos da terceira estrutura, essa é a regra geral. Logo o desenvolvimento econômico depende sobretudo da terceira e da segunda estruturas.

Resulta da análise de interação das diferentes formações da economia brasileira um prognóstico de vida longa ao capitalismo brasileiro:

"A primeira formação, natural, ou melhor, semi-natural, é aquela que, no momento, emprega a maior soma de população ativa do país em condições de produtividade muito baixa. O nosso desenvolvimento tem resultado, e provavelmente resultará cada vez mais no futuro previsível, da transferência dessa população para o nível da segunda formação, daquele onde domina o capitalismo privado - razão por que prognosticamos um prolongado desenvolvimento capitalista para o Brasil"
(RANGEL, 1957b, p.37)

O caminho do desenvolvimento nacional, mais uma vez entendido como aumento da divisão social do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas, era transferir uma a uma as atividades secundárias do complexo rural para a indústria.

Não procuramos na Assessoria Econômica homogeneidade de pensamento, nem algo como uma Escola de Pensamento, procurar um projeto significa procurar um plano de ação, porém na profundidade possibilitada pela Revolução Burguesa em andamento. Plano de ação que julgamos consubstanciados, sobretudo pelos projetos que desenvolveu; a armação entre

empresa pública, empresa privada nacional e capital externo demonstra a intenção de um padrão de acumulação capitalista onde a empresa privada nacional é privilegiada, inclusive através das economias externas geradas pela empresa pública, e ao capital externo não estava reservado um papel de destaque ainda que nenhum membro se opusesse a utilização do mesmo desde que atendesse a interesses nacionais.

6.1 - A questão agrária

Em meio ao processo de transformação capitalista pelo qual passava o Brasil a questão agrária ocupou um papel de primeira ordem. Segundo Bielschowsky havia, ao menos, duas posições sobre o tema dentro da Assessoria Econômica.

De um lado Rômulo Almeida é classificado com a posição "favorável" a reforma agrária e de outro Ignácio Rangel com uma posição particular "conforme tese da dualidade". No caso de Rômulo Almeida temos que esse é classificado juntamente com Celso Furtado, Américo B. Oliveira e Evaldo C. Lima.

Em Rangel a classificação "conforme a tese da dualidade" remete a uma interpretação particular desse autor sobre a crise agrária que vale a pena ser desenvolvida aqui.

A crise agrária em Rangel (1978) é definida em termos de uma liberação de mão de obra para o setor urbano incompatível com o ritmo de acumulação do capital, o desequilíbrio dos ritmos está em liberar mais mão de obra de que necessita a indústria e por consequência diminuir os ritmos de inversões industriais que não seriam estimulados mediante farta oferta de mão de obra.

Além da diminuição do ritmo de investimentos e, portanto, desaceleração do processo de acumulação capitalista outra face da liberação desproporcional de mão de obra para o

setor urbano é a super-exploração do trabalho assalariado proporcionado pelo imenso exército industrial de reserva disponível para o capital. Diferente da expulsão dos camponeses ingleses para as cidades ou dos atraentes salários pagos pela nascente indústria dos Estados Unidos, no Brasil a indústria já nasce com abundância de mão de obra disponível, o exército industrial de reserva é praticamente prévio a industrialização.

O campo mudava sua função, além de, primordialmente, produzir alimentos para si e para o resto deveria também liberar ou reter mão de obra para o novo mundo, conforme exigia a industrialização, funcionando como um estabilizador do desenvolvimento do capitalismo industrial.

Definida a crise agrária, o diagnóstico de Rangel parte de duas classes de problemas: uns propriamente agrários e outros impropriamente agrários.

Os primeiros, os propriamente agrários, são a superpopulação rural e a superprodução agrícola. A proposta para solucionar o problema da superpopulação rural seria através da mudança de estrutura agrária (que incluiria mudança na estrutura fundiária) e o fortalecimento das atividades secundárias às quais se dedicam os camponeses que provém quase tudo de que necessitam, como confecção de vestuário, fabrico de remédios, utensílios de trabalho, etc, tratava-se de eliminar a superpopulação diretamente ligada às atividades essencialmente agrícolas e oferecer outros postos no campo em atividades secundárias. A superprodução é um problema que seria sanado a depender fundamentalmente de um incremento do comércio exterior. Os problemas propriamente agrários são os problemas mais de fundo e, por isso, exigiriam mudanças estruturais que tocariam na composição de poder dominante, pois poderiam colocar em cheque os setores

da elite mais atrasados ligados à agricultura. (são problemas que se relacionam ao mecanismo do desenvolvimento econômico regido pelas distintas formações da economia brasileira)

Os problemas impropriamente agrários são a escassez de certos gêneros e de mão de obra. A resolução para essa classe de problemas é facilitada por não atingir interesses relevantes da burguesia agrícola. A solução proposta para a escassez de gêneros passa pelo fortalecimento da posição do produtor que leva desvantagem ante as condições que exigem os comerciantes dos produtos agrícolas, proprietários dos silos e armazéns, de forma que as condições que impõem os intermediários afetam o produtor a ponto de determinar o que produzir e quanto produzir, não raro esse processo provoca a escassez de certos gêneros. A situação poderia mudar se houvesse garantia de preços mínimos ao produtor reduzindo assim o poder dos intermediários, além de haver intervenção estatal para garantir a armazenagem dos produtos.

A escassez de mão de obra é fruto de uma agricultura itinerante que não pode garantir emprego aos trabalhadores durante o ano todo, fazendo com que esses migrem em busca de trabalho abandonando áreas de cultura inteiras. A proposta é que o trabalhador passe a ter a garantia de um lote de terra, fora da fazenda, em terra pública ou de sua propriedade para que dela possa obter algum sustento nos períodos em que a fazenda não oferece trabalho. Além de assegurar a permanência do trabalhador próximo às terras de cultivo, também contribuiria para diminuir o jugo da relação pessoal entre o fazendeiro e o trabalhador, situação essa que colocaria o trabalhador em melhor posição para exigir melhores salários e condições de trabalho.

Para Rangel a reforma agrária possível deve começar pelos problemas impróprios. Os motivos para esse ponto de

partido são: a) a correlação de forças: o setor atrasado ligado diretamente à propriedade rural convive lado a lado com o setor moderno industrial, e têm grande peso político b) o consenso pró-industrialização, que uma vez conquistado pode ser colocado em risco se atacado as bases de poder do setor rural atrasado, pois poderia dividir a sociedade a ponto de paralisar o desenvolvimento nacional, ou seja, paralisar a industrialização.

Há, portanto em Rangel uma crise agrária, definida em termos de liberação de mão-de-obra para o setor urbano, e não uma "questão agrária" Afirmar que há uma questão agrária é afirmar que esta seja um ponto de partida, um ponto inicial, ao passo que para Rangel não existe uma crise agrária senão em decorrência da industrialização, é este, portanto, o ponto inicial e, portanto a questão a ser resolvida.

O fato é que a questão agrária não figurou entre as prioridades da Assessoria Econômica ainda que de diferentes maneiras seus membros atribuíssem relevância ao tema, e assim como não figurou dentre as preocupações da Assessoria Econômica também não foi objeto de muitas proposições durante o segundo governo Vargas.

7. Considerações Finais

A partir do conceito de Revolução Burguesa tal qual enunciado por Florestan Fernandes (1975)⁴⁴, consideramos que a Assessoria Econômica inseriu-se de maneira relevante á medida que em meio às transformações capitalistas disputou, junto de Vargas, um projeto capitalista com controle nacional, sem dispensar capitais forâneos.

Essa forma de desenvolvimento capitalista fica explícita a partir dos principais projetos na área de energia elaborados pelo grupo e aqui analisados.

Os limites e obstáculos desse projeto não foram aqui analisados, podendo constituir-se em etapa futura de pesquisa.

⁴⁴ "[Revolução Burguesa] denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento quem essa revolução alcança um patamar histórico irreversível(...)de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa"

Conclusão

O objetivo do nosso trabalho foi contribuir para a análise do período compreendido pelo Segundo Governo Vargas a partir da Assessoria Econômica.

Acreditamos que o caminho por nós escolhido abriu algumas possibilidades, dentre as quais destacamos:

I - a análise da atuação da Assessoria Econômica fortaleceu uma parte das interpretações historiográficas do período em detrimento de outras;

II - trazer à tona um importante grupo que participou ativamente do Segundo Governo Vargas e que ainda não se encontra devidamente investigado e reconhecido.

A atuação da Assessoria Econômica foi potencializada, e ao mesmo tempo possibilitada, pelas condições concretas em que esteve inserida. Consideramos que as transformações capitalistas do Segundo Governo Vargas estiveram inseridas no processo denominado Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976) onde efetivamente projetos distintos foram disputados; um desses projetos foi liderado por Getúlio Vargas durante todo o período em que esteve a frente do governo brasileiro seja no período compreendido entre 1930-1945 ou no período que aqui tratamos e que compreende a primeira metade da década de 1950.

A importância Assessoria Econômica, a nosso ver, foi a capacidade de "traduzir" esse projeto liderado por Getúlio Vargas na década de 1950, sobretudo através dos projetos da Petrobrás e da Eletrobrás aqui analisados.

A análise da historiografia econômica e da atuação da Assessoria Econômica, por nós empreendida, fortaleceu sobremaneira a tese inaugurada por Draibe (1985) de que

Vargas perseguiu um projeto capitalista formado pelo tripé: empresa pública, capital privado nacional e capital estrangeiro. A importância de cada elemento do tripé é que confere a singularidade do projeto: à empresa pública estaria reservado um papel estratégico justificado pela necessidade de controle estratégico de certos setores - como petróleo e energia elétrica - pelo pouco interesse do capital privado nacional e pela atuação ou predisposição de atuação do capital estrangeiro de modo desfavorável para os objetivos industrializantes de Getúlio Vargas.

Os projetos da Eletrobrás e Petrobrás, a nosso ver, fornecem uma tradução desse projeto de desenvolvimento capitalista liderado por Getúlio Vargas. Em ambos a Assessoria Econômica constrói o primado da empresa pública, em setores estratégicos, reservando negócios para o capital privado nacional ao mesmo tempo em que busca atrair capital externo, porém sobre os desígnios e liderança da empresa pública.

Os projetos da Eletrobrás e da Petrobrás não foram aprovados segundo a elaboração da Assessoria Econômica. Também acreditamos que o projeto de Vargas não foi implementado conforme desejava o presidente. Nessa discussão mais uma vez nos valemos de Draibe (1985) segundo a qual não devemos confundir a existência do projeto com a efetivação do mesmo. A questão da derrota ou vitória dos esforços varguistas constitui importantíssimo campo de estudos mas optamos que não fizesse parte desse trabalho, por limitações de várias naturezas.

Concluimos que o estudo sobre a Assessoria Econômica aliado à historiografia econômica do período nos permite considerar acertadas as interpretações que defendem a existência de um projeto de cunho industrializante e

nacionalista⁴⁵ no Segundo Governo Vargas. Dentre essas quais destacamos DRAIBE (1985), FONSECA (1987), BASTOS (2001).

A Assessoria Econômica, para além da sua importância na compreensão geral do período, também foi sem dúvida representativa de uma nova modalidade de técnicos que tiveram importância destacada no aparelho de Estado. Diante das perspectivas e ações industrializantes o Estado foi chamado a cumprir novas funções e a ampliar e melhorar o desempenho de funções já exercidas. Para essas novas tarefas foram demandados novos quadros administrativos.

Ianni (1965) apontou a diferença entre o novo tipo de funcionário e o tipo antigo dividindo-os em burocratas e técnicos. Os últimos agem segundo padrões que mais se aproximam de padrões científicos e da melhor adequação entre meios e fins, são inovadores e criativos. Tais características: agir baseado em parâmetros científicos, adequar meios e fins da melhor maneira e buscar inovações, consideramos que podem ser impressas ao conjunto do trabalho da Assessoria Econômica.

A Assessoria Econômica inovou também ao encarregar-se, ainda que informalmente, das tarefas de planejamento geral do Segundo Governo Vargas.

*"A Assessoria Econômica da
Presidência, sob a chefia de Rômulo
Almeida e, posteriormente de Jesus
Soares Pereira, exerceu, de fato,
funções de planejamento global,
principalmente no referente aos*

⁴⁵ A discussão sobre o caráter do nacionalismo da Assessoria Econômica e de Getúlio Vargas está no capítulo III desse trabalho.

projetos mais importantes do governo, exercendo papel dinamizador sobre o conjunto dos órgãos da administração".
(DRAIBE, 1985)

Esse é mais um aspecto que gostaríamos de destacar e que para tanto julgamos conveniente termos apresentado um capítulo descritivo acerca desse grupo.

Findo esse trabalho esperamos ter contribuído para elucidar algumas controvérsias acerca do Segundo Governo Vargas e resgatar a importância desse pequeno grupo que se tornou conhecido como a Assessoria Econômica.

ANEXO I

Índice da Mensagem Presidencial de 1951

1. Panorama Internacional e Posição do Brasil

1.1 Organismos Internacionais

- 1.1.1 Conselhos e Institutos
- 1.1.2 Educação, Ciência e Cultura
- 1.1.3 Organização Internacional do Trabalho
- 1.1.4 Alimentação e Agricultura

1.2 Política Econômica

- 1.2.1 Ajuste de trocas
- 1.2.2 Assistência Técnica
- 1.2.3 Política Aérea
- 1.2.4 Relações com o Japão
- 1.2.5 Estrada de Ferro Brasil - Bolívia
- 1.2.6 Petróleo boliviano
- 1.2.7 Condomínio da Lagoa Mirim

1.3 Ação Cultural

1.4 Atos Internacionais

1.5 Novas Missões Reconhecimentos de Governos

1.6 Litígio Peru-Ecuador

1.7 Demarcação de Fronteiras

1.8 Plataforma Submarina

2. Situação Política e Administrativa

2.1 Organização e colaboração dos poderes públicos

- 2.1.1 Os poderes públicos e sua atuação
- 2.1.2 Colaboração entre os poderes da república
- 2.1.3 Colaboração com os estados e municípios
- 2.1.4 Administração dos territórios federais

2.2 Segurança Nacional

- 2.2.1 Conselho de Segurança Nacional
- 2.2.2 Estado Maior das Forças Armadas
- 2.2.3 Exército
- 2.2.4 Marinha
- 2.2.5 Aeronáutica
- 2.2.6 Segurança Pública

2.3 Administração Federal

- 2.3.1 Organização
- 2.3.2 Orçamento: elaboração e controle
- 2.3.3 Administração de Pessoal
 - 2.3.3.1 Formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal
- 2.3.4 Administração de Material
- 2.3.5 Documentação e informações
- 2.3.6 Estatística
- 2.3.7 Plano Salte

3. Situação Econômico-Financeira

3.1 Finanças Públicas

- 3.1.1 Sistema Tributário
- 3.1.2 Política Orçamentária
- 3.1.3 Execução Orçamentária
- 3.1.4 Perspectivas para 1951
- 3.1.5 Dívida Pública
 - 3.1.5.1 Dívida Externa
 - 3.1.5.2 Dívida Interna Consolidada

3.2 Situação Monetária

- 3.2.1 Crédito
 - 3.2.1.1 Crédito Agrícola e Industrial
- 3.2.2 Situação Cambial
- 3.2.3 Controle Monetário
 - 3.2.3.1 Preços

3.3 Comércio Externo

- 3.3.1 Política Comercial
 - 3.3.1.1 Diretrizes
 - 3.3.1.2 Medidas Básicas
 - 3.3.1.3 Medidas Circunstanciais
 - 3.3.1.4 Medidas em face da atual emergência
 - 3.3.1.5 Operações Vinculadas
 - 3.3.1.6 Ajuste de troca

3.4 Produção

- 3.4.1 Produção Industrial e produção primária
- 3.4.2 Situação Agropastoril
 - 3.4.2.1 Empirismo
 - 3.4.2.2 Máquinas agrícolas
 - 3.4.2.3 Crédito rural
 - 3.4.2.4 Comercialização
 - 3.4.2.5 Organização da classe rural
- 3.4.3 Reestruturação do Ministério da Agricultura
 - 3.4.3.1 Educação rural
- 3.4.4 Abastecimento dos centros urbanos
 - 3.4.4.1 Problemas nacionais e locais
- 3.4.5 Produção Animal
 - 3.4.5.1 Pecuária
 - 3.4.5.2 Defesa Sanitária animal
 - 3.4.5.3 Pesca e Pescado
- 3.4.6 Produção Agrícola
 - 3.4.6.1 Cereais
 - 3.4.6.2 Frutas
 - 3.4.6.3 Cana de Açúcar
 - 3.4.6.4 Café
 - 3.4.6.5 Algodão
 - 3.4.6.6. Defesa Sanitária vegetal
- 3.4.7 Produção Florestal
 - 3.4.7.1 Política Florestal
 - 3.4.7.2 Madeira
 - 3.4.7.3 Borracha
 - 3.4.7.4 Mate
 - 3.4.7.5 Outros produtos florestais
- 3.4.8 Produção Mineral
 - 3.4.8.1 Pesquisas minerais
 - 3.4.8.2 Medidas a adotar
 - 3.4.8.3 Exportação de Minérios de ferro
 - 3.4.8.4 Companhia Vale do Rio Doce S.A
- 3.4.9 Indústrias de Base
 - 3.4.9.1 Companhia Siderúrgica Nacional S.A
 - 3.4.9.1.2 Aplicação da Usina
 - 3.4.9.2 Atividade siderúrgica privada
 - 3.4.9.3.1 Evolução do consumo de aço
 - 3.4.9.3.2 Aços Especiais
 - 3.4.9.3 Indústrias químicas de base

- 3.4.9.3.1 Ácido Sulfúrico
- 3.4.9.3.2 Álcalis
- 3.4.9.3.3 Companhia Nacional de Álcalis
- 3.4.9.4 Indústria mecânica de base
 - 3.4.9.4.1 Fábrica Nacional de Motores
- 3.4.10 Indústrias de bens de consumo
 - 3.4.10.1 Necessidade de uma política industrial
 - 3.4.10.2 Entraves ao desenvolvimento industrial
 - 3.4.10.3 Situação de algumas indústrias
 - 3.4.10.3.1 Têxteis
 - 3.4.10.3.2 Metalúrgicas e mecânicas
 - 3.4.10.3.3 Alimentícias
 - 3.4.10.3.4 Farmacêuticas
 - 3.4.10.3.5 Do papel
 - 3.4.10.3.6 De artefatos de borracha

4. Desenvolvimento Econômico

4.1 Recursos Naturais

- 4.1.1 Política de aproveitamento de recursos
 - 4.1.1.1 Recursos amazônicos
 - 4.1.1.2 Babaçu
 - 4.1.1.3 Sal
 - 4.1.1.4 Calcários
 - 4.1.1.5 Cimento
 - 4.1.1.6 Calagem de terras
 - 4.1.1.7 Carvão Mineral
 - 4.1.1.8 Carvão Vegetal
 - 4.1.1.9 Petróleo e xistos
 - 4.1.1.10 Fertilidade natural
 - 4.1.1.11 Florestas
- 4.1.2 Conselho Nacional de Pesquisas

4.2 Transportes e comunicação

- 4.2.1 Transporte Ferroviário
 - 4.2.1.1 Articulação de redes
 - 4.2.1.2 Recuperação econômica das regiões marginais
 - 4.2.1.3 Eletrificação das ferrovias
 - 4.2.1.4 Renovação de equipamento
- 4.2.2 Transporte Rodoviário
- 4.2.3 Portos
- 4.2.4 Navegação Marítima
- 4.2.5 Navegação Fluvial
- 4.2.6 Transporte Aéreo

4.2.7 Equipamento de transportes

4.2.8 Comunicações

4.2.8.1 Correios

4.2.8.2 Telégrafos

4.2.8.3 Telefones

4.3 Energia

4.3.1 Eletricidade

4.3.2 Petróleo

4.3.2.1 Pesquisa e produção

4.3.2.2 Xisto Betuminoso

4.3.2.3 Refinamento de petróleo

4.3.2.4 Estocagem de combustíveis líquidos

4.3.2.5 Contribuição de elementos privados na

pesquisa

4.3.3 Carvão

4.3.3.1 Carvão Mineral

4.3.3.2 Lenha e carvão vegetal

4.4 Planos regionais

4.4.1 Amazônia Brasileira

4.4.2 Região das secas do nordeste

4.4.3 Vale do São Francisco

4.4.4 Bacia do Rio Doce

4.4.5 Baixada Fluminense

4.4.6 Outros problemas regionais

4.5 Perspectivas de Investimentos

4.5.1 Influxo de capitais estrangeiros

5. Progresso Social

5.1 Saúde Pública

5.1.1 Considerações Gerais

5.1.2 Lacunas Primárias

5.1.3 Endemias rurais

5.1.4 Tuberculose

5.1.5 Assistência Médica e Hospitalar

5.1.6 Problemas Sanitários

5.2 Educação e Cultura

5.2.1 Problemas da educação no nível médio

5.2.2 Ensino Técnico

5.2.3 Ensino Superior

5.2.4 Levantamento das necessidades como base de

planejamento

5.2.5 Cultura

5.3 Imigração

5.4 Trabalho

5.5 Previdência e Assistência Social

5.5.1 Seguros

5.5.2 Assistência Social

5.5.2.1 Auxílio às famílias numerosas

5.6 Alimentação

5.7 Habitação Popular

5.8 Política de Bem - Estar

ANEXO II

Dispõe sobre a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileira S.A e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a união autorizada a incorporar, na forma desta lei, uma sociedade por ações, denominada Petróleo Brasileiro S.A.

Art. 2º A Petróleo Brasileiro S.A terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte de petróleo e de seus derivados, inclusive de xisto betuminoso, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins.

Parágrafo único. A pesquisa e a lavra, realizadas pela Sociedade, independerão de autorizações ou concessões prévias e obedecerão a planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 3º O capital da Sociedade será inicialmente de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cada uma.

§ 1º Até o ano de 1956 o capital será elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), na forma prevista no art. 6º.

§ 2º Os aumentos de capital poderão dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais, que serão oferecidas à subscrição pública ou aos tomadores a que se refere esta lei.

Art. 4º A União subscreverá a totalidade das ações a que constituem o capital inicial da Sociedade e para a sua integralização disporá dos bens e direitos que possui,

relacionados com o petróleo, inclusive jazidas de petróleo, de rochas betuminosas e pirobotuminosas e de gases naturais.

§ 1º Se o valor dos bens e direitos referido neste artigo apurado mediante avaliação na forma da lei, não bastar para a integralização do capital, a União o fará em dinheiro.

§ 2º Fica o Tesouro Nacional, no caso previsto no parágrafo anterior, autorizado a fazer adiantamentos sobre a receita dos tributos e contribuições destinados à integralização do capital da Sociedade, ou a efetuar operações de crédito por antecipação da receita até a quantia de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

Art. 5º - A União transferirá aos Estados, Distrito Federal e Municípios e às pessoas referidas nos arts. 7.º, 9.º e 13 as ações que lhes couberem, nos termos desta lei, ou que quiserem adquirir, desde que não fiquem reduzidas as ações ordinárias de sua propriedade a menos de 51% do capital.

Art. 6º Os aumentos periódicos do capital da Sociedade far-se-ão com os recursos mencionados nos artigos seguintes.

Art. 7º A parte da receita do imposto único sobre combustíveis líquidos, a ser empregada em empreendimentos ligados à indústria do petróleo, terá a seguinte aplicação:

I - os 40% (quarenta por cento) pertencentes à União na Integralização de ações e obrigações da Sociedade;

II - os 60% (sessenta por cento) pertencentes aos Estados e Municípios poderão ser aplicados na tomada de ações e obrigações da Sociedade ou de empresas dela subsidiárias.

Parágrafo Único - A cota de 60% (sessenta por cento) pertencente aos Estados e Municípios não lhes será distribuída enquanto não estiver assegurada sua imediata aplicação na forma da alínea 00 deste artigo, podendo ser isentados os Municípios com menos de 100.000 ()cem mil habitantes.

Art. 8º O produto dos impostos de importação e de consumo incidentes sobre veículos automóveis, e do imposto sobre a remessa de valores para o exterior, correspondente à importação desses veículos, suas peças e acessórios, se destina à subscrição pela União de capital da Sociedade.

Parágrafo único. As contribuições especiais para pesquisa e outras, a que se obrigam as empresas concessionárias, na forma da lei vigente, e ainda as multas em que incorrerem os titulares de autorizações ou concessões para qualquer das atividades relacionadas com hidrocarburetos líquidos, serão destinadas à subscrição pela União de capital da Sociedade ou de suas subsidiárias dedicadas à pesquisa e à produção do óleo cru.

Art.9º Os proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos contribuirão anualmente, até o exercício de 1956, com as quantias discriminadas na tabela anexa a esta lei e que dela é parte integrante, recendo certificados que serão substituídos por ações ou obrigações da sociedade, os quais conterão declaração expressa desse direito.

Parágrafo único. O emplacamento de veículos terrestres, o registro anual de embarcações e os certificados de navegabilidade de aeronaves só serão realizados ou concedidos após pagamento da constituição a que se refere este artigo.

Art. 10º Os recursos destinados à Sociedade Pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por particulares serão recolhidos, desde que não aplicados imediatamente na integralização de ações ou na tomada de obrigações, a conta ou contas especiais no Banco do Brasil, e em outros bancos com os quais o incorporador ou a Sociedade contrate a coleta das contribuições.

§ 1º A União poderá movimentar os recursos da Sociedade antes de sua constituição, para ocorrer às respectivas despesas.

§ 2º Ainda que não tenham sido distribuídas as ações correspondentes ao aumento de capital, a Sociedade poderá movimentar as contas especiais referidas neste artigo.

Art. 11º - Se os recursos a que se refere o artigo anterior ultrapassarem a quantia que permita a integralização do montante de capital referido no art. 3º, § 1º, o Poder Executivo poderá, caso o excesso não seja essencial ao desenvolvimento do programa nacional do petróleo, incorporá-lo a outros fundos ou entidades especiais, criados por ele e destinados a investimentos básicos ao desenvolvimento econômico do país.

Art. 12º A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado, obrigações ao portados com ou sem garantia do Tesouro.

§ 1º Os estatutos determinarão condições em que as obrigações poderão ser convertidas em ações, observados os limites da presente lei.

§ 2º As obrigações serão abertas á tomada voluntárias pelas entidades públicas e particulares.

§ 3º A Sociedade deliberará sobre a oportunidade em que a tomada de obrigações poderá se opcional em relação à subscrição de capital, nos casos de subscrição em obediência a dispositivos desta lei.

Art. 13º - Poderão ser acionistas da Sociedade, com direito a voto:

I - as pessoas jurídicas de direito público interno;

II - as pessoas físicas brasileiras, limitadas a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vinte mil);

III - as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no art. 9º, alínea b, do Decreto no 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 100.000 (cem mil);

IV - as demais pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, até o limite de 20.000 (vinte mil) ações ordinárias.

Art. 14º A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração constituído da seguinte forma:

§ 1º O Presidente da República nomeará quatro diretores, dos quais um será o presidente da Sociedade e do Conselho de Administração, com direito de veto das decisões do Conselho e da Diretoria Executiva, com recurso para o Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2º As pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União, acionistas da Sociedade, terão o direito de eleger separadamente um diretor, desde que sua participação exceda a 7,5% (sete e meio por cento) do capital social, correspondendo a cada ampliação de 7,5% (sete e meio por cento) da participação mais um diretor, até o limite de três.

§ 3º Desde que a participação de pessoas físicas e jurídicas de direito privado exceda a 7,5% (sete e meio por cento) do capital social, correspondendo à ampliação de 7,5% (sete e meio por cento) da participação mais um diretor, limitados a dois os diretores eleitos por essa categoria de acionistas.

§ 4º Desde que o número de diretores exceda de quatro, ao Presidente da República caberá designar os três diretores, que com o presidente, constituirão a Diretoria Executiva.

§ 5º Os estatutos determinarão um critério semelhante ao da composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

§ 6º É privativo dos brasileiros natos o exercício das funções de presidente, membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

Art. 15 Somente quando as ações em poder do público, das entidades paraestatais, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Estados auferirem dividendo de 8% (oito por cento), será atribuído dividendo ao capital integralizado pela União; somente quando os dividendos que couberam à União atingirem 6% (seis por cento), poderão ser fixadas percentagens ou gratificações por conta dos lucros pela Assembléia Geral de Acionistas, à Administração da Sociedade.

Art. 16º O Poder Executivo reaplicará na Sociedade os dividendos e juros que forem distribuídos às ações e obrigações de propriedade da União

Art. 17º A Sociedade operará diretamente ou através de empresas que organizar ou a que se associar, com a aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, nas quais deverá deter sempre a maioria das ações com direito a voto.

Art. 18º Fica a Sociedade autorizada a dar garantia a financiamentos tomados no país ou no exterior por empresa subsidiária, dependendo de prévia e específica aprovação do Conselho Nacional do Petróleo.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar, ainda, aos financiamentos tomados pela Sociedade e pelas suas subsidiárias, a garantia do Tesouro Nacional, até 25% (vinte e cinco por cento) do capital integralizado da Sociedade, quando se tornar necessário, pelo vulto da operação e pelo eminente interesse nacional em causa.

Art. 19º Os atos de constituição da Sociedade e de integralização do seu capital, bem como as propriedades, que possuir e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer, e ainda os instrumentos de mandato para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais, serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais.

Parágrafo único. O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

Art. 20º A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo, em relação aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadoria referidos neste artigo, com restrição quanto à similaridade, serão desembaraçados mediante portaria dos inspetores das Alfândegas.

Art. 21º À Sociedade fica assegurado o direito de desapropriação nos termos da legislação em vigor.

Art. 22º Os funcionários públicos efetivos da União e das entidades autárquicas ou paraestatais poderão servir na Sociedade, em funções de direção ou de natureza técnica, na forma do Decreto-lei nº 6.877, de 18 de setembro de 1944,

Art. 23º O disposto nos arts. 19 a 22 aplica-se igualmente às empresas subsidiárias da sociedade.

Art. 24º Nos estatutos da Sociedade serão observados, em tudo que lhe for aplicável, as normas da lei de sociedades por ações. As reformas de estatutos ficam sujeitas à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

Art. 25º A União poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, para os quais destinar recursos financeiros especiais.

Art. 26º Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo disciplinará as relações entre a Sociedade e o Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 27º Sempre que o Conselho Nacional do Petróleo tiver que deliberar sobre assunto de interesse da Sociedade, será ouvido o presidente da Petróleo Brasileiro S.A.

Art. 28º Não se aplica aos diretores, funcionários e acionistas de Petróleo Brasileiro S.A o disposto na alínea c do art. 2º do Decreto-lei nº538, de 7 de julho de 1938, podendo ser acionistas da Sociedade os funcionários dela e os servidores públicos em geral, inclusive os do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 29º O saldo das dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Petróleo, para o exercício de 1952, correspondentes a serviços, encargos, obras, equipamentos e aquisições, ou quaisquer outras relativas a atividades que passarem à Sociedade, ser-lhe-á entregue logo que constituído.

Parágrafo único. Essas quantias serão levadas à conta de integralização do capital da União.

Art. 30º Os direitos relativos a concessões e autorizações referentes a jazidas de óleo mineral, refinaria e oleodutos, que a Sociedade receber da União, serão inalienáveis.

Art. 31º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 9º DESTA LEI

A) Automóveis, inclusive camionetas:

a) Particulares:

	Cr\$
de peso até 1.000 kg, inclusive	1.000,00
de peso entre 1.000 a 1.500 kg, inclusive	2.000,00
de peso entre 1.500 a 1.800 kg, inclusive	4.000,00

de peso superior a 1.800 kg 8.000,00

Nota: 1ª - Reduzem-se de 20% (vinte por cento) as contribuições, quando se relacionarem com automóveis de cinco a dez anos de fabricação; e de 60% (sessenta por cento) quando se tratar de automóveis de mais de dez anos;

Nota: 2ª - Aumentam-se de 20% (vinte por cento) as contribuições, quando o proprietário possuir dois automóveis, e de mais de 20% (vinte por cento) para cada unidade adicional que possuir; entendendo-se, para esse efeito, como pertencente a um único proprietário os automóveis matriculados em nome dos seus dependentes;

Nota: 3ª - Aplicam-se aos jipes e outros automóveis de reduzido valor, utilizados em atividades agropecuárias, florestais, mineiras e em obras públicas, as bases de contribuição a seguir especificadas pra os automóveis de aluguel.

b) de aluguel

	Cr\$
de peso até 1.000 kg, inclusive	200,00
de peso entre 1.000 a 1.500 kg, inclusive	400,00
de peso entre 1.500 a 1.800 kg, inclusive	800,00
de peso superior a 1.800 kg	1.600,00

Nota: Reduzem-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições, quando se relacionarem com automóveis de mais de cinco anos de fabricação, caso em que os de peso até 1.000 kg ficarão isentos; e isentam-se todos os automóveis de mais de dez anos de fabricação.

B) Caminhões e outros veículos de carga:

	Cr\$
de menos de uma tonelada de carga	200,00
de uma a duas toneladas de carga	400,00
de duas a cinco toneladas de carga	800,00
de cinco a sete toneladas de carga	1.200,00
de sete a dez toneladas de carga	1.600,00
de mais de dez toneladas de carga	2.000,00

Nota: Reduzem-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições, quando se relacionarem com veículos de mais de cinco anos de fabricação, caso em que os de capacidade inferior a uma tonelada ficarão isentos; e isentam-se todos os de mais de dez anos de fabricação.

Ônibus

	Cr\$
com capacidade até 20 passageiros, inclusive	1.600,00
com capacidade de 21 a 30 passageiros	2.400,00
com capacidade de 31 a 40 passageiros	3.200,00
com capacidade de 41 ou mais passageiros	4.000,00

D) Veículos Aquáticos

a) Particulares:

	Cr\$
com motor até 5 HP	400,00
com motor de mais de 5 até 10 HP	1.000,00
com motor de mais de 10 até 20 HP	2.400,00
com motor de mais de 20 até 30 HP	4.000,00
com motor de mais de 30 até 50 HP	6.400,00
com motor de mais de 50 até 100 HP	12.000,00

com motor de mais de 100 HP	20.000,00
-----------------------------	-----------

Nota: - As contribuições pelos proprietários de embarcações destinadas a fins industriais e comerciais, conquanto privadas, são as constantes da tabela a seguir.

b) Para transportes industriais ou comerciais:

	Cr\$
com motor até 10 HP	isentos
com motor de mais de 10 até 20 HP	200,00
com motor de mais de 20 até 30 HP	400,00
com motor de mais de 30 até 50 HP	800,00
com motor de mais de 50 até 100 HP	1.200,00
com motor de mais de 100 HP	2.000,00

Nota 1ª - Reduzem-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições, quando se referirem a embarcações equipadas com motores de mais de cinco anos de usos, caso em que será isentas as embarcações com motores até 20 HP.

Nota 2ª - Isentam-se todas as embarcações com motores de mais de quinze anos de uso.

E) Veículos Aéreos

a) Para transporte privado ou de recreio:

	Cr\$
com motores até 150 HP	5.0000,00
com motor de mais de 150 até 450 HP	10.000,00
com motor de mais de 450 até 1000 HP	20.000,00
com motor de mais de 1.000 até 2.000 HP	25.000,00

com motor de mais de 2.000 HP	50.000,00
-------------------------------	-----------

b) Para transporte público ou serviço especializado:

com motores até 150 HP	1.0000,00
com motor de mais de 150 até 450 HP	2.000,00
com motor de mais de 450 até 1000 HP	4.000,00
com motor de mais de 1.000 até 2.000 HP	5.000,00
com motor de mais de 2.000 HP	10.000,00

c) Para instrução: isentos

com motores até 150 HP	5.0000,00
com motor de mais de 150 até 450 HP	10.000,00
com motor de mais de 450 até 1000 HP	20.000,00
com motor de mais de 1.000 até 2.000 HP	25.000,00
com motor de mais de 2.000 HP	50.000,00

População Brasileira – 1948-1955

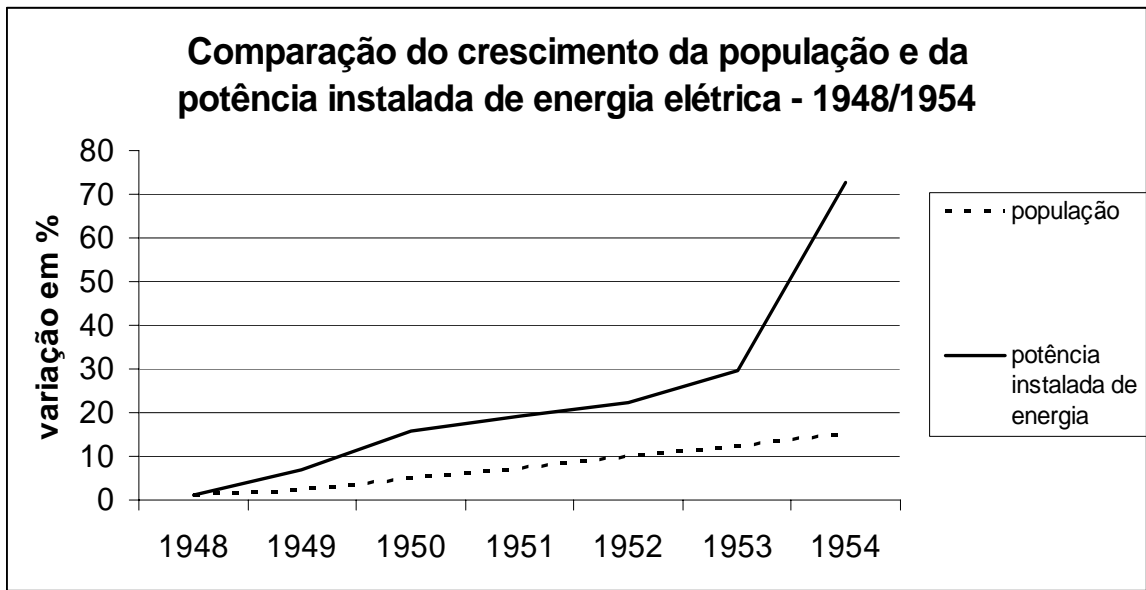
Ano	População em mil	% 1948=100
1948	49590	-
1949	50769	2,38
1950	51976	4,81
1951	53212	7,30
1952	54477	9,85
1953	55772	12,47
1954	57226	15,40
1955	58456	17,88

Fonte: Anuário Estatístico IBGE, 1960

Potência das usinas geradoras (Kw) – 1883/1954

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – vários anos

Ano	Térmica	Hidráulica	Total	Varição 1948=100
1883	52	-	52	0,003
1889	500	250	750	0,05
1890	1.017	250	1.267	0,08
1900	10.376	5.093	5.283	0,33
1910	32.729	12.4672	15.7401	9,68
1920	66.072	30.0946	36.7018	22,58
1930	148.752	63.0050	77.8802	47,92
1940	234.531	100.9346	124.3877	76,53
1941	242.243	101.9015	126.1258	77,60
1945	261.806	107.9827	134.1633	82,055
1946	280.738	113.4245	141.4983	87,06
1947	282.973	125.1164	153.4137	94,36
1948	291.789	133.3546	162.5335	100,00
1949	304.331	143.0860	173.5191	106,76
1950	346.830	153.6177	188.3007	115,85
1951	355.190	158.4756	193.9946	119,36
1952	386.822	159.7979	198.4801	122,12
1953	418.204	168.6651	210.4855	129,50
1954	640.046	216.7532	280.7578	172,74



Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – vários anos

F

**ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR TAMANHO E
ORIGEM DA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - 1956**

FAIXAS DE CAPACIDADE INSTALADA (KW)	EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO			EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL			TOTAL DA INDÚSTRIA			
	GRUPO LIGHT	AMFORP	PRIVADAS	PÚBLICAS						
	n.º de Empresas	n.º de Empresas	n.º de Empresas	n.º de Empresas	Distribuição	Distribuição	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição
	KW	KW	KW	KW						
100 a 500	-	-	-	10.532	4,7	14.300	2,5	120	24.832	0,9
501 a 1000	-	-	-	11.038	4,9	7.774	1,3	27	18.812	0,7
1001 a 5000	-	1	3.900	54.038	24,1	41.159	7,2	39	99.122	3,5
5.001 a 10.000	-	1	5.090	44.750	20,0	27.900	4,8	11	77.740	2,8
10.001 a 50.000	-	7	169.332	103.646	46,3	44.888	7,9	16	317.866	11,3
50.001 a 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100.001 a 500.000	-	1	180.644	-	50,3	438.785	76,3	4	619.429	22,1
500.001 a 1.000.000	2	-	-	-	-	-	-	2	1.649.335	58,7
TOTAL	2	10	358.966	224.029	100,0	574.806	100,0	219	2.807.136	100,0

Fonte: Revista Água e Energia Elétrica - CNAEE, Março 1957 *apud* Battochio (2005)

**BRASIL - ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR TAMANHO E ORIGEM
DA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - 1962**

FAIXAS DE CAPACIDADE	EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO			EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL			TOTAL DA INDÚSTRIA			
	GRUPO LIGHT	AMFORP	PRIVADAS	PÚBLICAS						
	n.º de Empresas	n.º de Empresas	n.º de Empresas	n.º de Empresas	Distribuição	Distribuição	Distribuição	n.º de Empresas	Distribuição	KW
100 a 500	-	-	50	97	4,2	18.825	1,2	147	0,7	31.094
501 a 1000	-	-	17	9	4,3	7.208	0,4	26	0,4	19.522
1001 a 5000	-	-	31	15	26,3	42.919	2,6	46	2,6	117.988
5.001 a 10.000	-	3	6	3	14,7	18.520	1,1	12	1,8	82.889
10.001 a 50.000	-	4	8	12	50,5	291.592	17,7	24	11,9	541.762
50.001 a 100.000	-	1	-	3	-	386.060	23,5	4	9,9	452.360
100.001 a 500.000	-	1	-	3	-	875.185	53,5	4	26,2	187.789
500.001 a 1.000.000	1	-	-	-	-	-	-	1	16,1	730.374
Acima de 1.000.000	1	-	-	-	-	-	-	1	30,4	370.426
TOTAL	2	9	112	142	100,0	285.669	100,0	265	100,0	4.534.204

Fonte: Revista Água e Energia Elétrica - CNAEE, Março 1963 *apud* Battochio (2005)

Consumo de Energia Elétrica (1 000 kw) , segundo a categoria das empresas e principais sistemas - 1953									
Categoria das empresas e principais sistemas	Produzida	Fornecida para o consumo				Total	Outros ⁴⁸	População Servida – habitantes	
		Fornecida pelos Serviços Públicos aos Autoprodutores	Tração Elétrica ⁴⁶	Indústrias ⁴⁷	Residencial, rural e iluminação pública				
SERVIÇOS PÚBLICOS	9 136 961	(+) 299 133	9 436 094	778 904	3 157 997	3 795 914	383 149	22 107 325	
Grupo Brazilian Traction	5 713 331		5 713 331	599 034	2 021 074	1 764 815	383 149	6 302 828	
Grupo Empresas Elétricas Brasileiras	1 322 645	-	1 322 645	67 950	359 101	764 045	-	6 905 977	
Grupo Sul Mineira de Eletricidade	77 861	-	77 861		21 474	37 865	-	965 073	
Grupo Central Elétrica Rio Claro	51 413	-	51 413		18 243	15 322	-	250 000	
Grupo Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A	47 124	-	47 124	2 557	27 674	23 288	-	105 195	
Grupo Empresas Independentes	869 708	(+) 264 598	1 134 306	19 437	345 774	752 334	-	4 935 921	
Outras Empresas	1 054 870	(+) 34 535	1 039 414	89 926	364 597	438 245	-	2 552 331	
AUTOPRODUTORES INFORMANTES	1 027 970	(-) 264 598	763 372	21 050	696 330	39 076	-	368 087	
OUTROS AUTOPRODUTORES	134 171	(-) 34 535	99 636	2 747	90 885	5 100	-	48 043	
TOTAL	10 209 102		10 299 102	802 701	3 945 212	3 840 090	-	22 523 455	

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE - 1955

⁴⁶ Incluem-se serviços de bondes, ônibus elétricos e estradas de ferro eletrificadas.

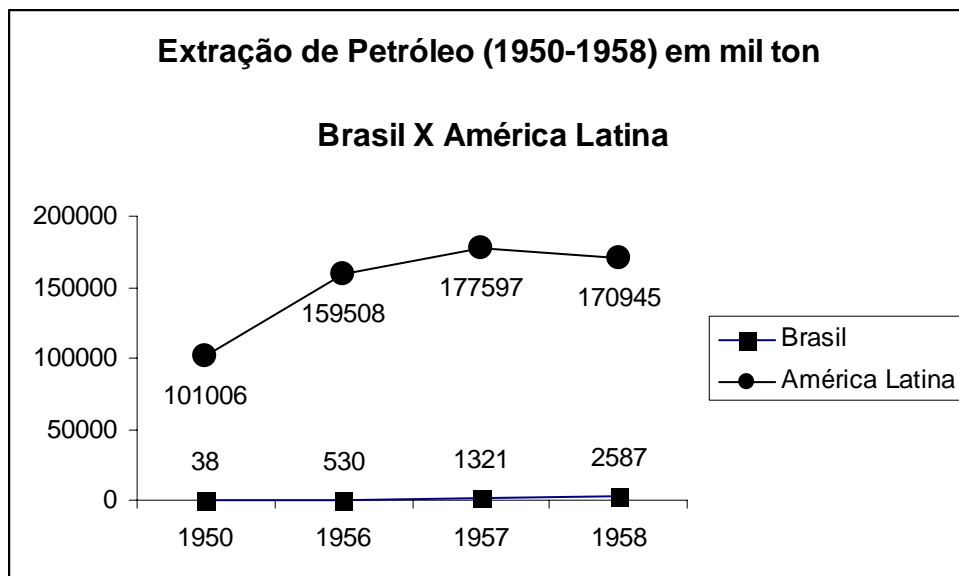
⁴⁷ Incluem-se indústrias de minas e siderurgia, eletroquímica, termia, metalurgia e outras indústrias.

⁴⁸ Absorvida pelas bombas para elevação d'água nos reservatórios.

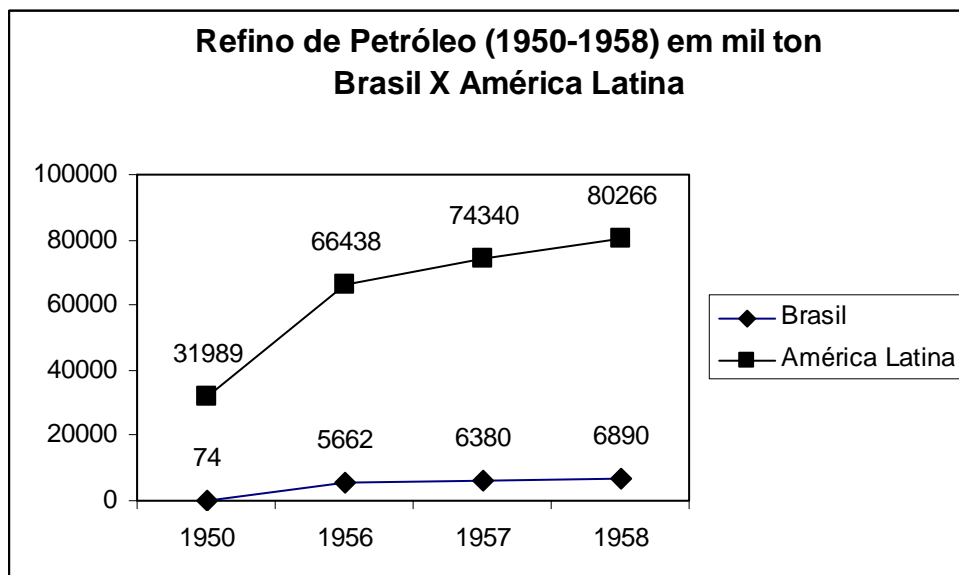
América Latina
Extração de Óleo Cru e Refino(1950-1958)
(em mil ton)

País	Extração				Refino			
	1950	1956	1957	1958	1950	1956	1957	1958
Argentina	3357	4437	4858	5133	6454	8731	10878	11690
Bolívia	80	417	466	448	81	366	333	310
Brasil	38	530	1321	2587	74	5662	6380	6890
Colômbia	4711	6104	6339	6480	1315	2115	2325	3350
Cuba	2	71	52	45	289	360	1300	1300
Chile	82	462	565	726	-	960	997	1119
Equador	347	451	421	409	213	269	273	292
México	10363	12972	12630	13548	7831	11343	11827	12830
Peru	2051	2543	2561	2502	1625	2101	2109	2225
Uruguai	-	-	-	-	780	1131	1173	1191
Sub-Total	21031	27987	29219	31878	18625	33051	37595	41197
Taxa de crescimento com relação ao ano anterior		5,9	4,4	9,1	-	9,8	13,7	9,6
Venezuela	79975	131521	148378	139067	13337	33387	36745	39069
Total AL	101006	159508	177597	170945	31989	66438	74340	80266
Taxa de crescimento com relação ao ano anterior (AL)		12,7	11,3	-3,7	-	13,1	11,9	8
Crescimento do Mundo (excluída China Continental)	522900	839800	884300	894400	-	-	-	-
% da AL no total mundial	19,3	19	20,1	19,1	-	-	-	-

Fonte: Estudios Economicos - 1960



Fonte: Estudios Economicos - 1960



Fonte: Estudios Economicos - 1960

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rômulo. "Política Econômica do segundo governo Vargas" in Tamás Szmrecsányi e Rui G. Granziera (orgs) *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *O Nordeste no segundo governo Vargas*, depoimento do Dr. Rômulo de Almeida. Fortaleza: 1985.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises no Brasil (1890-1954)*. Tese de Doutorado. Unicamp/Campinas, 2001.

BATTOCHIO, Carolina Rosa. *Energia Elétrica no Brasil: Diplomacia Brasil-Estados Unidos e transição da propriedade privada para a propriedade pública (1951-1954)*. Monografia, Unicamp/IE, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JÚNIOR, Armando. *O populismo em crise: 1953-1955*. Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH: Campinas, 1976.

BRANCO, Catulo. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. Alfa-Omega, São Paulo: 1975.

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

CAMPOS, Fabio Antonio. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2003.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topboobks, 1994.

CARVALHO, Joaquim. *Economia e política da energia*. J. de Carvalho [e] J. Goldemberg. Rio de Janeiro: J. Olympio/Núcleo Editorial da UERJ, 1980.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp, Fapesp, 2000.

CRUZ, Paulo Davidoff. *Ignácio Rangel, um pioneiro: o debate econômico do início dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado : Campinas, Unicamp, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. "A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais" in Tamás Szmrecsányi e Rui G. Granziera (orgs) *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 1985

DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FLORESTAN, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

IANNI, Octávio. *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

LEITE, Cleanto de Paiva. *O Assessoramento da Presidência da República*. Rio de Janeiro: FGV, 1959, Cadernos de Administração Pública, número 43.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)" In: GOMES, Ângela de Castro (org) *Vargas e a crise dos anos 50*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LESSA Carlos e FIORI, José Luís. "Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo do segundo Vargas". Rio de Janeiro: UFRJ-IEI (Texto para discussão no 30), 1983.

LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-econômica e industrial do Brasil*. 2ª edição, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976

LIMA, José Luiz. *Estado e energia no Brasil. O setor elétrico no Brasil: das Origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. IPE-USP, São Paulo: 1984

LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

LIMA, Valentina Rocha. *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____ *Tancredo fala de Getúlio (depoimento)*, São Paulo: LP&M Editores, 1986.

LOPES, Lucas. *Memórias do Desenvolvimento: Lucas Lopes - depoimento*. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - Memória da Eletricidade. C.M.B.E, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984, 4ª edição.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*.

PEREIRA, Jesus Soares. *O Homem e sua Ficha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1988.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura e ISEB, 1957a.

RANGEL, Ignácio. *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Livraria Progresso Editora, Salvador, - Edição conjunta com a Universidade da Bahia, 1957b

SANTOS, Renata Belzunces. *A contribuição de Ignácio Rangel para o Pensamento Econômico Brasileiro*. Monografia, Unesp - FCL/Araraquara, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getulio Vargas a Castelo Branco*, 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990, 13º edição.

_____ *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, 2ª edição.

VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1969 (vários volumes).

VIANNA, Sérgio Besserman. *A política econômica do segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987

Entrevistas

ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo de Almeida (depoimento - 1988)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC SERCOM/Petrobrás e Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988. (Projeto Memória da Petrobrás).

_____ *Rômulo de Almeida (depoimento - 1980)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1990.

RANGEL, Ignácio. *Ignácio Rangel (depoimento - 1987)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1991.

PINTO, Mário da Silva . *Mário da Slva Pinto (depoimento; 1987)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV - SERCOM?Petrobrás, 1988.

LEITE, Cleanto. *Cleanto de Paiva Leite (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDCO - História Oral, 1986.

_____ *Cleanto de Paiva Leite (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, 1988.